

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO**

**EMERSON DOS SANTOS**

**A AMÉRICA LATINA A PARTIR DE “O ANO DA CÓLERA”:  
análise pragmática da narrativa jornalística do livro de Sylvia Colombo**

**São Leopoldo (RS)**

**2022**

EMERSON DOS SANTOS

**A AMÉRICA LATINA A PARTIR DE “O ANO DA CÓLERA”:  
análise pragmática da narrativa jornalística do livro de Sylvia Colombo**

Projeto de Pesquisa apresentado como  
requisito parcial para obtenção do título de  
Bacharel em Jornalismo, pelo Curso de  
Jornalismo da Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Ms. Felipe Boff

São Leopoldo (RS)

2022

## RESUMO

Em 2019, a América Latina sediou complexas tensões políticas e sociais que levaram a jornalista Sylvia Colombo a descrevê-las aos brasileiros em *O ano da cólera*. O livro é objeto deste estudo, que tem como propósito observar a construção da narrativa jornalística criada pela autora. Para tanto, o trabalho promove discussão a respeito dos quadros latino-americanos mediante o estabelecimento de conexões entre a narrativa do livro e outras obras, como *As Veias abertas da América Latina* (GALEANO, 1979) e *A nova América Latina* (CALDERÓN; CASTELLS, 2021). Uma revisão bibliográfica dos conceitos de livro-reportagem, a partir de Belo (2006) e Lima (2009), e “livro de repórter” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019) também é empreendida, momento em que é possível perceber, no livro de Colombo, características atribuídas às duas definições. Dito isso, o estudo avança para a análise de fato da narrativa de *O ano da cólera*, por meio da análise pragmática da narrativa jornalística (MOTTA, 2005). A partir dos seis movimentos da metodologia, identifica-se os conflitos que estruturam as narrativas que compõem o livro, a chilena, a boliviana, a venezuelana, a argentina, a uruguaia e a latino-americana, bem como os personagens que estão distribuídos em torno destes conflitos e a forma como são construídos por Colombo. A construção dos atores se dá por meio de escolhas da autora no que diz respeito às maneiras como são referidos no texto, ação que atua diretamente na orientação do leitor. O método observa ainda outras estratégias empregadas por Colombo na criação da narrativa, como a retomada de fatos históricos e o uso de citações e estatísticas, todas com o intuito de dar maior credibilidade ao relato. O ato comunicativo realizado entre a autora e o leitor também é alvo de atenção, cujo formato, aliás, indica que Colombo deseja prestar informações ampliadas sobre os fatos. Por último, a análise pragmática identifica as metanarrativas culturais reforçadas em *O ano da cólera*. Motta (2005, p. 15) entende que o jornalismo fortalece narrativas ao apresentá-las todos os dias. O livro, ainda que seja aperiódico, é um produto jornalístico e atesta a crise institucional da América Latina, fator para o qual apontam Calderón e Castells (2021).

**Palavras-chave:** jornalismo; América Latina; livro-reportagem; livro de repórter.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>4</b>
<b>2 A CONJUNTURA DA AMÉRICA LATINA</b>	<b>8</b>
<b>3 SOBRE LIVRO-REPORTAGEM E “LIVRO DE REPÓRTER”</b>	<b>27</b>
<b>4 METODOLOGIA</b>	<b>37</b>
<b>5 ANÁLISE PRAGMÁTICA DA NARRATIVA DE <i>O ANO DA CÓLERA</i></b>	<b>42</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>66</b>
<b>7 REFERÊNCIAS</b>	<b>71</b>
<b>8 APÊNDICE A - PERGUNTAS PARA SYLVIA COLOMBO</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Brasil, 2021. O livro *O ano da cólera: protestos, tensão e pandemia em 5 países da América Latina*, escrito pela jornalista Sylvia Colombo, é publicado pela Editora Rocco. Em determinado momento da narrativa, Colombo (2021, p. 254) adverte: “Falta [...] conhecimento do que se passa além das fronteiras de cada um dos países da região.” Uma advertência aos brasileiros. Esta frase tornou o livro objeto deste estudo.

O presente projeto de pesquisa tem como tema, então, a análise da narrativa de *O ano da cólera* e a descrição das características que tornam o livro um produto jornalístico. Afinal, a jornalista consegue cumprir a auto incumbida tarefa de conduzir os brasileiros para além das fronteiras sobre as quais advertiu? O espaço que ela tem para isso e a forma como escolhe fazê-lo são aspectos a serem observados.

Há mais de 10 anos, Sylvia Colombo atua como correspondente internacional do jornal *Folha de S.Paulo* para a América Latina, região sobre a qual, a partir do trabalho jornalístico, organiza e escreve narrativas para os leitores brasileiros. De Buenos Aires, Argentina, cidade na qual está baseada, a jornalista descreve em *O ano da cólera* uma região em ebulição, primeiro causada pela tensão política e social que, crescente, atingiu seu ápice em 2019 em países como Chile e Bolívia, depois pela pandemia de Covid-19 que, a partir de 2020, puniu países como Brasil e México, onde a desigualdade ainda é enorme, conforme atesta o índice de Gini: 0,52 e 0,45 para estes países, respectivamente (ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC), 2021).

Trata-se de uma “nova América Latina” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021), onde as veias seguem abertas, conforme tão bem identificou há mais de 50 anos, em 1971, o jornalista e escritor uruguaio Galeano (1979), mas agora sob novas conjunturas. No livro, Sylvia Colombo descreve os novos contextos políticos, econômicos e sociais de Chile, Bolívia, Venezuela, Argentina e Uruguai, países que compõem, nesta ordem, os cinco grandes eixos narrativos de *O ano da cólera*, mas apresenta também aspectos de outros, como Brasil, Colômbia, El Salvador, Equador, México e Peru.

A partir da advertência da jornalista, portanto, surgiu este estudo. Como brasileiro, era necessário compreender o que estava acontecendo nos demais países da América Latina. Mais do que isso, como estudante de Jornalismo, era preciso entender como aquelas páginas foram construídas a fim de fazer com que episódios complexos pudessem ser assimilados, assim apresentando aos leitores contextos antes pouco observados.

Em *O ano da cólera*, Sylvia Colombo tem à disposição páginas em maior número do que aquelas oferecidas diariamente pela *Folha de S.Paulo*. No livro, a autora emprega 256 páginas na construção da narrativa jornalística. E mesmo o conjunto de matérias escritas por Colombo para o jornal ao longo da ocorrência dos eventos descritos no livro não seria capaz de produzir o mesmo efeito, já que a mínima inconstância no consumo jornalístico diário poderia fazer com que os leitores perdessem informações importantes para o entendimento dos complexos quadros latino-americanos. No que diz respeito aos “raivosos e doentes anos de 2019 e 2020” (COLOMBO, 2021) na América Latina, *O ano da cólera* parece ser capaz de apresentar uma narrativa mais completa e melhor estruturada.

Em um dicionário qualquer de língua portuguesa, prólogo quer dizer “introdução” e é sinônimo de prefácio (PRÓLOGO, 2009), a “parte introdutória de um livro” (PREFÁCIO, 2009). Sylvia Colombo, além de jornalista, é historiadora formada pela Universidade de São Paulo (USP). As fronteiras para as quais ela advertiu, além de geográficas, são também temporais. O entendimento de alguns acontecimentos protagonizados nos últimos anos por chilenos, bolivianos e uruguaios, por exemplo, reside na história, recente ou não, desses países. Os atuais contextos latino-americanos têm prólogos, importantes para sua compreensão. Justamente por isso, a autora retoma fatos históricos na construção narrativa do livro, detalhes que, literalmente, não caberiam nas páginas de um jornal.

Outro aspecto importante é a presença, na narrativa jornalística, de experiências pessoais vividas pela jornalista durante as viagens que fez para cobrir os eventos descritos no livro, de forma que o leitor tenha acesso, assim, ao conhecimento de fatos antes invisibilizados e que se propõem, nesse contexto, a ajudar no melhor entendimento das situações apresentadas.

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo geral compreender como o livro *O ano da cólera*, de Sylvia Colombo, retrata os eventos experimentados pela América Latina nos anos de 2019 e 2020. A partir disso, o estudo pretende avançar na discussão dos cenários políticos, econômicos e sociais dos países da região, apresentando os episódios narrados pela jornalista nas páginas do livro e estabelecendo conexões com outras obras e artigos que tratam do tema.

Outro objetivo, agora específico, é analisar a narrativa jornalística de *O ano da cólera*. Nesse momento, de olhar atento à construção, o propósito é observar as escolhas da autora e perceber de que modo se dá a organização dos fragmentos, neste caso representados pelos acontecimentos, a fim de dar sentido a uma narrativa maior. A partir do apontamento dos aspectos que dão forma à narrativa, ainda, pretende-se entender como o livro se relaciona com os conceitos de livro-reportagem e “livro de repórter” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019), identificando onde se coloca entre eles.

Para tanto, a metodologia utilizada neste projeto de pesquisa será a análise pragmática da narrativa jornalística (MOTTA, 2005). O método de investigação proposto por Luiz Gonzaga Motta consiste em seis movimentos cujo objetivo único é identificar as estratégias comunicativas empregadas na construção da narrativa jornalística e se aproximar da intencionalidade do autor. O trabalho utilizar-se-ia, ainda, da entrevista em profundidade (DUARTE, 2006). Em momento de conversa com a jornalista Sylvia Colombo, utilizando-se da metodologia de Jorge Duarte, buscar-se-ia obter detalhes que apenas a autora poderia fornecer sobre a construção de *O ano da cólera*, mas, por duas vezes agendada, primeiro em 9 de maio de 2022, depois em 12 de maio de 2022, a entrevista precisou ser cancelada em função de imprevistos alegados por Colombo. O questionário que havia sido preparado para a entrevista encontra-se no apêndice deste trabalho.

Mediante o exposto, após a introdução, o primeiro capítulo do projeto apresentará os atuais quadros latino-americanos, estabelecendo conexões entre a narrativa de *O ano da cólera* e outros importantes trabalhos que também discutem a América Latina, seja nos dias atuais ou historicamente, conforme se evidencia a necessidade de retomada dos fatos históricos para a compreensão dos eventos recentes. Os livros *As Veias abertas da América Latina* (GALEANO, 1979) e *A nova*

*América Latina* (CALDERÓN; CASTELLS, 2021) fornecem as bases que darão sustentação à apresentação.

No segundo capítulo do estudo, uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de livro-reportagem e “livro de repórter” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019) fundamentará uma das discussões às quais se propõe o projeto, a colocação de *O ano da cólera* entre os dois conceitos.

O terceiro capítulo é reservado ao avanço sobre o estudo da metodologia que será aplicada na análise da narrativa, a análise pragmática da narrativa jornalística (MOTTA, 2005). O procedimento descrito neste capítulo será aplicado, por fim, na observação da narrativa do livro, o que ocupará o quarto capítulo do projeto.

O quinto e último capítulo, aquele que antecede a apresentação das referências bibliográficas, destina-se a apresentar as considerações finais do estudo. O momento propõe a retomada dos objetivos previamente expostos, a fim de discuti-los, uma última vez, e apontar onde o projeto de pesquisa consegue respondê-los ou deixa de fazê-lo.



## 2 A CONJUNTURA DA AMÉRICA LATINA

Para Colombo (2021), na América Latina, 2019 foi o ano da cólera e 2020 foi o ano da peste. Em *O ano da cólera*, Chile, Bolívia, Venezuela, Argentina e Uruguai compõem os principais eixos narrativos do livro, mas os quadros políticos, econômicos e sociais de outros países também são apresentados, como Peru, Equador, Colômbia, Nicarágua, México, Brasil, Paraguai, Cuba e El Salvador. Os países mencionados pela jornalista, todos localizados na região que é objeto deste estudo, serão abordados no presente capítulo, que tem como objetivo, além de relacionar a narrativa do livro com outros trabalhos que também discutem a América Latina, avançar sobre os acontecimentos posteriores à sua publicação, mas que se desenrolam em função dos fatos descritos pela autora.

O primeiro capítulo de *O ano da cólera*, portanto, tem início no plebiscito nacional que convocou o povo chileno às urnas, em 25 de outubro de 2020, para enterrar “o último resquício da ditadura” (COLOMBO, 2021, p. 29). A ditadura referida é a do ex-general do exército chileno Augusto Pinochet, que governou o país entre 11 de setembro de 1973 e 11 de março de 1990, e o resquício é a Constituição que atualmente vigora no Chile. “Uma das heranças da ditadura militar foi justamente a Constituição promulgada no período, e que começou a valer em 1981” (COLOMBO, 2021, p. 39).

No plebiscito de 2020, os eleitores responderam a duas perguntas: *¿Quiere usted una Nueva Constitución?* e *¿Qué tipo de órgano debiera redactar la Nueva Constitución?* (SERVICIO ELECTORAL DE CHILE (SERVEL), 2020). Em tradução literal à língua portuguesa, “você quer uma Nova Constituição?” e “que tipo de órgão deve escrever a Nova Constituição?”. Ao primeiro questionamento, 78,27% dos chilenos assinalaram a opção “*apruebo*”, aprovando a escrita do novo documento, enquanto 21,73% dos votantes responderam “*rechazo*”. Em relação à segunda pergunta, 78,99% dos eleitores pediram a convocação de eleição para formar uma totalmente nova Assembleia Constituinte, negando a possibilidade de uma assembleia mista entre novos parlamentares e membros já em exercício no Congresso Nacional, esta última opção defendida por apenas 21%, conforme Colombo (2021, p. 65) aponta no livro.

O resultado do plebiscito chileno é exemplo de um dos fatores que configuram a “nova América Latina” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021). “Os conflitos institucionais ocupam o segundo lugar em termos numéricos na América Latina, com 38% do total” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 237). Por conflitos, os autores se referem aos protestos sociais registrados na região e, a partir disso, avançam sobre suas reivindicações. A crise institucional é um dos atuais motores latino-americanos (CALDERÓN; CASTELLS, 2021). Os chilenos, naquele momento, renegavam uma de suas instituições, o Congresso Nacional, e a própria Constituição.

O presidente chileno Sebastián Piñera, aliás, convocou o plebiscito nacional em função dos protestos sociais que haviam tomado a capital do país, Santiago, desde, ao menos, 18 de outubro de 2019 (COLOMBO, 2021, p. 29). O estopim foi um aumento de 30 pesos nas tarifas de metrô mas, mesmo após a suspensão da medida por parte do governo, os protestos seguiram. De acordo com Colombo (2021, p. 29), os chilenos passaram a declarar que não protestavam mais por 30 pesos, mas sim por 30 anos. O período faz alusão ao momento da redemocratização do país e as marcas deixadas pelo governo de Pinochet.

Galeano (1979, p. 291-292), autor de *As Veias abertas da América Latina*, classifica como uma tragédia “a insurreição militar que em 11 de setembro de 1973 derrubou o governo democrático de Salvador Allende e mergulhou o Chile num banho de sangue”. Em posfácio escrito pelo autor em 1978, sete anos após a primeira publicação do livro, 1971, ele identifica no cenário político, social e econômico chileno um método para o qual já havia alertado. “A estratégia do crime foi planejada em Washington” (GALEANO, 1979, p. 293). A interferência dos Estados Unidos na América Latina gerava golpes militares quando necessário a fim de manter sob o domínio de empresas norte-americanas as riquezas da região. “No Brasil, as esplêndidas jazidas de ferro do Paraopeba derrubaram dois presidentes antes que o marechal Castelo Branco, que tomou o poder em 1964, os cedesse a Hanna Mining Co.” (GALEANO, 1979, p. 148). O atual padrão de poder mundial que, de acordo com Quijano (2005, p. 123-124), “começou a formar-se com a América” e tem como elementos centrais “a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo”, não mais era aplicado somente pelos países europeus, sendo exercido, a partir deste momento e em grande medida, pelos norte-americanos.

Tiveram lugar, então, no Chile, a partir de setembro de 1973, os violentos e injustificáveis anos da ditadura militar. O país só voltaria a ser governado por forças democráticas em 1990, ainda assim numa “democracia negociada” (COLOMBO, 2021, p. 38). Nessa democracia, “os militares continuavam mantendo muitos de seus privilégios, além da anistia por seus crimes” (COLOMBO, 2021, p. 38) em função da Lei de Anistia que vigorou no Chile desde 1978. Foi a Constituição de 1981, entretanto, a partir da qual “as privatizações eram incentivadas e o gasto público reduzido” (COLOMBO, 2021, p. 40), que assegurou as injustiças sociais no país e foi alvo das manifestações de 2019. O Chile apresenta o IDH mais alto da América Latina, 0.851 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), 2020), o quadragésimo terceiro do mundo, mas no que diz respeito à estratificação social, 53,8% dos chilenos ocupam o “quinto quintil, o mais pobre” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 29).

Em relação ao ano da peste, que se estendeu e ainda se estende para além de 2020, a pouca participação do Estado nos investimentos em saúde pública não impediu que a pandemia de Covid-19 tomasse grandes proporções no Chile, pelo contrário. De acordo com a *Johns Hopkins University* (JHU) (2022), em 31 de maio de 2022, mais de um ano após a publicação de *O ano da cólera*, o país era o décimo nono do mundo no inglório ranking de mortes por Covid-19 a cada 100 mil habitantes: 302.82. Na América Latina, apenas Peru (646.57) e Brasil (313.57) apresentavam taxas de mortalidade mais altas (JHU, 2022). No total, 57.887 chilenos haviam morrido em função do novo coronavírus e 3.698.667 casos da doença tinham sido registrados no país (JHU, 2022).

Entre outros aspectos, Colombo (2021, p. 44) destaca em *O ano da Cólera* insatisfações do povo chileno com a educação e o sistema previdenciário vigente no país. No Chile, “só neste milênio, houve manifestações em 2006, 2008, 2011, 2012, 2015 e 2018” (COLOMBO, 2021, p. 50). De acordo com Calderón e Castells (2021, p. 241), o conflito social é uma marca histórica da região e estes “caracterizam-se cada vez mais por nascer a partir da rede”. No primeiro dia dos protestos chilenos de 2019, o presidente Sebastián Piñera foi fotografado num restaurante em um bairro nobre de Santiago. “A foto viralizou, deixando a multidão que havia saído às ruas ainda mais inconformada” (COLOMBO, 2021, p. 54).

Após ter declarado estado de emergência no Chile, quando houve forte repressão das Forças Armadas aos manifestantes, Piñera recuou e acabou, em novembro de 2019, convocando para abril de 2020 o plebiscito nacional que questionaria os chilenos sobre a escrita de uma nova Constituição. A pandemia, entretanto, adiou o momento para o já mencionado dia 25 de outubro de 2020, quando o Chile respondeu “*apruebo*”.

Posterior à publicação de *O ano da cólera*, os chilenos foram às urnas novamente nos dias 15 e 16 de maio de 2021 para eleger os 155 membros da Assembleia Constituinte que estão redigindo a nova Constituição. O resultado mais uma vez atestou a crise institucional para a qual apontaram Fernando Calderón e Manuel Castells em *A nova América Latina*, já que 65 dos candidatos eleitos eram independentes, 53 compunham as forças ligadas à esquerda e apenas 37 faziam parte dos partidos de direita, a base aliada do governo do então presidente Sebastián Piñera. É importante pontuar que a Assembleia Constituinte reservou 17 assentos para candidatos indígenas e respeitou a paridade entre homens e mulheres em sua formação. Os escolhidos do povo chileno apresentaram em 16 de maio de 2022 uma primeira versão do texto que será a nova Constituição do país.

Em dezembro de 2021, o resultado da eleição presidencial do Chile também se somou ao desejo de mudança evidenciado pelos chilenos nos protestos de 2019, no plebiscito nacional de 2020 e na eleição para a formação da Assembleia Constituinte. No dia 19 de dezembro, em segundo turno, o povo chileno elegeu Gabriel Boric, de 35 anos, representante da esquerda, com 55,9% dos votos. Ele é, agora, o mais jovem presidente da história do país.

Na Bolívia, a narrativa de *O ano da cólera* começa em 2019, às vésperas da eleição presidencial que abalaria o país. O à época presidente Evo Morales “ia disputar um polêmico quarto mandato à revelia das regras da Constituição que ele mesmo havia promulgado” (COLOMBO, 2021, p. 69). Evo governava a Bolívia desde janeiro de 2006 e havia ascendido ao poder junto ao *Movimento al Socialismo* (MAS), um movimento social que se originou, segundo Calderón e Castells (2021, p. 98-99), em resposta à repressão do Estado às regiões produtoras de coca, “uma planta com múltiplas aplicações, sobretudo medicinais”. A partir dali, o primeiro

presidente boliviano de origem indígena “deu início a uma profunda revolução social” no país (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 99).

A começar pelo nome: em 2009, a partir de referendo constitucional, os bolivianos aprovaram uma nova Constituição, promulgada por Evo Morales e anteriormente referida por Sylvia Colombo, que transformou a República da Bolívia em Estado Plurinacional da Bolívia. Os indígenas representam quase 50% da população do país e “a partir daquele momento, haveria espaço para que esse setor da sociedade participasse da política e das decisões comunitárias e nacionais” (COLOMBO, 2021, p. 74). A “ideia de raça”, que por tanto tempo dividiu, e ainda divide os povos latino-americanos, “uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista” (QUIJANO, 2005, p. 118), era minimamente amenizada entre os bolivianos.

Além disso, e não somente na Bolívia, a América Latina sediou mudanças socioeconômicas significativas nas primeiras décadas do século XXI (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 23). Em *O ano da cólera*, o crescimento econômico boliviano é descrito como sendo reflexo do “boom das commodities”, um período que, a partir principalmente do aumento da presença chinesa no mercado latino-americano de matérias primas, criou condições para a elevação dos gastos públicos na região (COLOMBO, 2021, p. 75). Outros governos posicionados à esquerda do espectro político também dispuseram dessa conjuntura para fazer o mesmo em seus países, de acordo com Colombo (2021, p. 75), como o do ex-presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2011, os governos kirchneristas argentinos, de 2003 a 2015, e os governos da Frente Ampla uruguaia, de 2005 a 2020. De acordo com Calderón e Castells (2021, p. 33), mais do que isso, esses foram fenômenos complementares:

A ascensão de novos atores políticos opostos ao controle dos Estados Unidos na região levou a uma nova inserção geopolítica da América Latina no mundo, diversificando os vínculos econômicos e políticos, que agora incluem China, Japão, África do Sul e, em menor medida, Rússia, e uma participação mais destacada de países da União Europeia.

A Bolívia apresentou, entre 2003 e 2016, taxas de crescimento continuado do PIB, sendo a média anual entre 2003 e 2008 de 4,5%, entre 2009 e 2011 de 4,2%, entre 2014 e 2015 de 5,2% e em 2016 de 4,3% (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 25). Entre 2014 e 2016, a variação boliviana foi a maior registrada na América Latina. Além disso, Calderón e Castells (2021, p. 32) apontam que o crescimento médio do IDH no país entre 1990 e 2015 também foi o maior registrado na região, 0,92%.

Já em relação ao índice de Gini, mais uma vez foi boliviano um dos resultados mais significativos para a América Latina no período: entre 2002 e 2020, o país registrou a maior redução da desigualdade na região, de 0.61 para 0.45 (ECLAC, 2021). De acordo com Colombo (2021, p. 75), a diminuição da pobreza no país foi o maior legado do governo Morales, apresentando queda de “60% para 34% da população” e, no que diz respeito à extrema pobreza, “38% para 15%”.

A recente redução dos índices de pobreza, não só na Bolívia, mas em toda a América Latina, é um ponto a ser observado, já que, segundo Galeano (*apud* EMMANUEL, 1979, p. 257), “os países pobres exportam sua pobreza”, constatação feita há mais de 50 anos. De acordo com Galeano (1979, p. 298), a pobreza é “a chave de uma economia voltada para o exterior”. Em *As Veias abertas da América Latina*, Galeano (1979) explica que esse sempre foi o modelo econômico aplicado na região, primeiro sob o domínio dos impérios espanhol e português, depois do império britânico e, por fim, dos Estados Unidos. “Quando [...] foi necessário libertar os escravos, não foi para assalariá-los, mas para substituí-los por trabalhadores imigrantes de outros países, europeus e asiáticos” (QUIJANO, 2005, p. 135). As altas taxas de desemprego, de acordo com Galeano (1979, p. 267), oferecem as condições para que se pague, na região, “salários quinze ou vinte vezes mais baixos do que os que ganham os operários norte-americanos ou alemães”, o que sustenta o crescimento econômico estrangeiro continuado. Não à toa, foi “só com a América”, segundo Quijano (2005, p. 126), e com o sistema criado a partir de sua dominação, que “pôde o capital consolidar-se e obter predominância mundial, tornando-se precisamente o eixo em torno do qual todas as demais formas foram articuladas para os fins do mercado mundial”.

Evo Morales, como já fora dito, havia assumido o Poder Executivo da Bolívia em 2006, tendo sido eleito pelos bolivianos nas eleições gerais de 2005. A partir dali, o então presidente disputou e venceu também as eleições de 2009 e 2014, embora a Constituição do país não permitisse mais do que uma reeleição para o cargo. “A justificativa era a de que seu primeiro mandato havia se iniciado ainda na Constituição anterior e que, portanto, não entraria na conta” (COLOMBO, 2021, p. 72).

O presidente, entretanto, desafiou a Constituição e buscou caminhos para disputar as eleições gerais de 2019, primeiro através de um referendo constitucional onde, por pequena margem, os bolivianos o negaram tal possibilidade, 51,30% a 48,70%, depois “apostando que seria mais viável recorrer à Declaração Internacional de Direitos Humanos, que dizia que todo cidadão tinha o direito de se candidatar” (COLOMBO, 2021, p. 73). Evo Morales venceu a disputa com pouco mais de 47% dos votos, resultado que logo foi contestado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que tem sede em Washington, Estados Unidos.

A partir daquele momento, o que se viu, segundo Colombo (2021, p. 81), “foi a escalada dos enfrentamentos entre os dois polos da sociedade”. Em 10 de novembro de 2019, pouco menos de um mês após as eleições, Evo Morales renunciou à Presidência, assim como seu vice-presidente, Álvaro García Linera, deixando a Bolívia em exílio. Uma crise institucional se instalou no país, reforçando os apontamentos de Calderón e Castells (2021, p. 26) a respeito da democracia na região: “nos últimos anos, sua legitimidade diminuiu”.

Quem assumiu o poder até a realização de novas eleições foi a senadora Jeanine Áñez, segunda vice-presidente do Senado boliviano, em período que se impôs forte repressão militar aos manifestantes e que coincidiu com a chegada da pandemia ao país (COLOMBO, 2021, p. 84-85). Em comparação a outros países da região, como o próprio Chile, a Bolívia apresentou menores índices de mortalidade por Covid-19, 188.02 a cada 100 mil habitantes até o dia 31 de maio de 2022, sendo que 21.948 bolivianos haviam morrido em razão da doença e 908.862 casos tinham sido confirmados (JHU, 2022).

Assim como no Chile, a pandemia também adiou o retorno dos bolivianos às urnas, momento que só aconteceu em 18 de outubro de 2020, quase um ano após a

vitória e a posterior renúncia de Evo Morales. Nesse período, um estudo de pesquisadores do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), publicado no jornal *The Washington Post* (CURIEL; WILLIAMS, 2020), questionou o relatório da OEA que serviu de base para os eventos que se sucederam após a eleição boliviana de 20 de outubro de 2019. O empresário Elon Musk, CEO da norte-americana Tesla, escreveu no Twitter em 25 de julho de 2020, após ser questionado sobre a interferência dos Estados Unidos na política boliviana e o suposto interesse no lítio do país, que eles dariam golpes em quem quisessem, reforçando ainda mais os apontamentos de Eduardo Galeano quanto ao interesse das empresas norte-americanas nas matérias-primas encontradas na América Latina.

Em exílio, na Argentina, o ex-presidente Evo organizou a candidatura do MAS para as eleições de outubro de 2020, que ficou a cargo de Luis Arce, ex-ministro da Economia do governo Morales. Arce venceu a eleição já em primeiro turno, com mais de 55% dos votos, segundo Colombo (2021, p. 95), abrindo assim as fronteiras da Bolívia para o retorno do ex-presidente.

De acordo com Colombo (2021, p. 97), até o momento da publicação de *O ano da cólera*, ao menos, Evo Morales “não havia interferido em nenhuma questão administrativa”. Para além disso, Jeanine Áñez foi presa em março de 2021 em decorrência da atuação durante o período em que governou interinamente, acusada, entre outros crimes, de conspiração, traição e terrorismo.

O ano da cólera venezuelano tem início em 23 de janeiro de 2019, quando o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó, evoca a Constituição e autoproclama-se presidente interino do país. “Havia a constatação de que a eleição presidencial de 2018 havia sido fraudada” (COLOMBO, 2021, p. 126). Nicolás Maduro, atual presidente venezuelano, havia sido reeleito no ano anterior em pleito com enorme abstenção, 54%, e acusações de fraude por parte da oposição. Nesse contexto, o deputado Guaidó, membro eleito em 2015 para o Parlamento da Venezuela, fez declaração à Nação e conquistou o apoio, inclusive, de outros governos latino-americanos, como o brasileiro, sob Jair Bolsonaro, e o argentino, sob Mauricio Macri. “As semanas que se seguiram à sua autoproclamação foram de um frenesi e de uma agitação há muito não vistos no



país” (COLOMBO, 2021, p. 127), mas veio o ano da peste, 2020, e Maduro era quem ainda seguia, de fato, no poder.

Nicolás Maduro assumiu de forma interina o governo do país em 2012, por desígnio de Hugo Chávez, então presidente venezuelano. Após a morte de Chávez, Maduro foi eleito em 2013 como herdeiro do chavismo. Ele foi reeleito em 2018, em circunstâncias já destacadas, e segue governando até hoje. Hugo Chávez, por sua vez, chegou ao poder em 1999, momento em que o país “vivia um período de tensão social, crise econômica e instabilidade política” (COLOMBO, 2021, p. 102). “A pobreza atingia 49,4% da população, segundo a Cepal” (COLOMBO, 2021, p. 102).

Entre 2000 e 2010, já sob Chávez, a Venezuela apresentou o maior crescimento médio do IDH na América Latina, 1,18%, de acordo com Calderón e Castells (2021, p. 32). A variação média do PIB venezuelano foi a segunda maior da região entre 2003 e 2008, 7,5%, atrás apenas da Argentina, 8% (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 25). Isso justifica as reeleições de Hugo Chávez, primeiro em 2000, depois em 2006 e, depois ainda, em 2012, quando já havia sido aprovada, em referendo constitucional, em 2009, emenda que permitia a reeleição indefinida no país. “A redução do índice de pobreza nesse período é algo importante, por representar o motor que por muito tempo moveu o chavismo” (COLOMBO, 2021, p. 102).

A questão é que, em relação ao IDH, por exemplo, houve queda ininterrupta desde 2013, marcando, em 2019, 0.711 e a 113ª posição do ranking global (PNUD, 2020). Em 2015, a Venezuela ocupava a 71ª colocação do mesmo índice, segundo Calderón e Castells (2021, p. 32). Em 2016, a percepção do aumento da corrupção entre os venezuelanos era a maior da América Latina, 87% (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 280). As crises socioeconômica e institucional que vive o país, evidenciadas a partir dos dados, criaram as bases para os acontecimentos do ano da cólera, 2019.

“Este é um dos países mais ricos do planeta e, também, um dos mais pobres e mais violentos” (GALEANO, 1979, p. 180). A descrição do autor uruguaio, feita há mais de 50 anos, em *As Veias abertas da América Latina*, segue fiel ao retrato venezuelano. Na época, de acordo com Galeano (1979, p. 180), a Venezuela gerava “quase a metade dos ganhos que os capitais norte-americanos subtraem a toda

América Latina”. Apesar de não estar mais servindo aos interesses dos Estados Unidos, tampouco servem aos venezuelanos as reservas de petróleo da Venezuela, as maiores do mundo, já que sanções econômicas aplicadas pelos governos norte-americanos diminuiram drasticamente o mercado do país.

Em relação à pandemia, Colombo (2021, p. 134) aponta que o isolamento econômico e diplomático da Venezuela nos últimos anos, por motivos já mencionados, fez com que a chegada e a disseminação de Covid-19 no país fossem mais lentas. De acordo com a *Johns Hopkins University* (2022), a Venezuela apresentava até o dia 31 de maio de 2022 índice de mortalidade por Covid-19 de 20.12 a cada 100 mil habitantes, o que significa que 5.721 venezuelanos haviam morrido em decorrência da doença no país, além de terem sido confirmados 523.618 casos. Ainda assim, segundo Colombo (2021, p. 133-134), “é impossível acreditar nas estatísticas oficiais do regime sobre qualquer coisa, ocorre o mesmo com a pandemia”.

Para além da publicação do livro, o último relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados apenas reforçou a crise humanitária que vive a Venezuela, segundo país que mais gera deslocados no mundo, quatro milhões, atrás apenas da Síria, onde uma guerra civil tem lugar há mais de dez anos e de onde partiram 6,7 milhões de refugiados (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR), 2021).

Os venezuelanos voltaram às urnas em novembro de 2021, em eleições regionais, a fim de eleger prefeitos e governadores. Desta vez, a oposição participou do pleito, algo que não aconteceu nas eleições legislativas de 2020, quando, após boicote dos opositores, os partidos alinhados ao chavismo conquistaram quase 70% dos votos. De acordo com Colombo (2021, p. 238-239), foi a partir daquele momento que “o regime passou a controlar os três poderes da República”. Na eleição de 2021, o chavismo elegeu 20 dos 23 governadores, além do prefeito da capital venezuelana, Caracas. Há de se pontuar a baixa presença de eleitores nas urnas, 41,8%, e o fato de Zulia, o estado mais populoso do país, ter elegido um governador de oposição.

Em relação às eleições legislativas de 2020, Colombo (2021, p. 239) aponta que a “Assembleia Nacional de Guaidó” afirmou, à época, que não reconheceria o

resultado e seguiria atuando, o que, hoje se percebe, consiste não em legislar, mas sim em continuar buscando apoio internacional. Quanto às eleições presidenciais, a previsão é de que os venezuelanos voltem às urnas apenas em 2024. É difícil imaginar, entretanto, um cenário onde o *Consejo Nacional Electoral* da Venezuela aponte outro vencedor que não seja o representante do chavismo, provavelmente Nicolás Maduro, afinal essa é a força política que venceu, de acordo com os dados oficiais, as últimas seis eleições, 1998, 2000, 2006, 2012, 2013 e 2018. Não à toa, em *A nova América Latina*, Calderón e Castells (2021, p. 296) identificam, ao descrever os atuais governos venezuelano e nicaraguense, uma:

corrupção organizada a partir do Estado como forma de cooptar atores políticos e institucionais para viabilizar a permanência no poder através de manobras paralegais que beneficiem o partido dominante em competições eleitorais ou em decisões judiciais que escondam sua arbitrariedade.

Na Argentina, o ano da cólera, 2019, contou com a disputa da eleição presidencial na qual Mauricio Macri, eleito em 2015, deu lugar à volta do kirchnerismo ao poder. Macri, posicionado à direita do espectro político, havia sido escolhido pelos argentinos por ter “personificado a esperança de uma renovação” (COLOMBO, 2021, p. 140) após doze anos de governos kirchneristas, primeiro sob Néstor Kirchner, 2003 a 2007, depois sob Cristina Kirchner, 2007 a 2011 e 2011 a 2015, quando passaram a surgir denúncias de corrupção contra a presidente. Colombo (2021, p. 140), jornalista baseada em Buenos Aires, afirma que, em 2018, “a desilusão com Macri [...] já era enorme”.

Em relação aos governos de Néstor e Cristina, Calderón e Castells (2021, p. 25) apontam, como já foi dito, que o crescimento médio do PIB argentino entre 2003 e 2008 foi o maior da região, 8%. Em 2016, primeiro ano da gestão de Macri, a variação do PIB no país foi negativa, - 1,8% (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 25). Quanto ao índice de Gini, que mede a desigualdade, a Argentina registrava 0.50 em 2002 e 0.40 em 2020, o que significa uma diminuição dos níveis de desigualdade nesse período, sendo que em 2014 o indicador era ainda melhor do que o registrado em 2020 (ECLAC, 2021).

Apesar de não registrar, portanto, índices socioeconômicos positivos no início de sua gestão, Macri recebeu o apoio dos argentinos nas eleições legislativas de 2017, quando a coalizão governista *Cambiamos* conquistou a maioria dos votos. Na mesma eleição, entretanto, a ex-presidente Cristina Kirchner se elegeu senadora, retornando ao cenário político argentino.

Em o *Ano da cólera*, a autora destaca, porém, que o início da derrocada do governo de Macri “se deu em junho de 2018 [...] quando o presidente anunciou que o país pediria um empréstimo ao FMI” (COLOMBO, 2021, p. 171). Em 1971, Galeano (1979, p. 245) já alertava para o fato de que, através de empréstimos, “os organismos internacionais de crédito desempenham uma função muito importante [...] na consolidação das estruturas neocoloniais”. De acordo com Galeano (1979, p. 245), o Fundo Monetário Internacional, o FMI, é um dos “organismos presumivelmente internacionais, nos quais os Estados Unidos exercem sua incontestável hegemonia”.

A questão econômica não foi resolvida e, em 2019, os argentinos foram às urnas para reeleger Mauricio Macri ou fazer presidente Alberto Fernández, candidato kirchnerista. Fernández havia sido chefe de gabinete de Néstor e, depois, de Cristina Kirchner e fora o escolhido para encabeçar a chapa que teria a ex-presidente como candidata à vice-presidência. A estratégia adotada por Cristina e pela força política que lhe apoia, a valer-se pelo resultado da eleição, foi acertada: Alberto Fernández foi eleito com 48,2% dos votos (COLOMBO, 2021, p. 183).

O movimento adotado pelo kirchnerismo, indicando Alberto Fernández à Presidência da República, é similar ao que fez o MAS na Bolívia, quando um exilado Evo Morales deu lugar a Luis Arce, posteriormente eleito. No momento, no Brasil, há expectativas quanto à candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a eleição presidencial de 2022, nome que, assim como Cristina e Morales, enfrenta resistência por parte da população de seu país, apesar de ser apoiado por outra parcela de eleitores. Ele já confirmou sua pré-candidatura à Presidência e lidera, até o momento, as pesquisas de intenção de voto para o cargo.

Alberto Fernández tomou posse em 10 de dezembro de 2019, poucos meses antes do início da pandemia na Argentina. O primeiro caso de Covid-19 no país foi registrado em 3 de março de 2020. Em 20 de março, o presidente deu início à

quarentena argentina, que foi encerrada apenas em novembro de 2020, tendo sido identificada como a mais longa do mundo. Ainda assim, apesar das restrições iniciais, de acordo com a *Johns Hopkins University* (2022), 9.230.573 casos de Covid-19 tinham sido registrados na Argentina até o dia 31 de maio de 2022, sendo que 128.889 argentinos haviam morrido em função da doença, o que deixava o país atrás apenas de Brasil, México, Peru e Colômbia neste quesito na região: 666.516, 324.895, 213.186 e 139.854, respectivamente.

Após a publicação de *O ano da cólera*, os argentinos retornaram às urnas para as eleições legislativas de 14 de novembro de 2021. Nesse momento, foram avaliados os primeiros anos do novo governo kirchnerista. O resultado não foi bom para o presidente Fernández, já que o governo perdeu a maioria absoluta que tinha no Senado e viu diminuir também o tamanho da bancada do partido na *Cámara de Diputados de la Nación Argentina*.

Assim como na Bolívia e na Argentina, 2019 no Uruguai foi ano de eleição presidencial. O ano, entretanto, não foi de cólera no país, já que “o Uruguai teve uma eleição presidencial tranquila” (COLOMBO, 2021, p. 205). Entre os países abordados em *O ano da cólera*, o Uruguai foi “o único em que não houve protestos massivos, mas sim uma consolidação de sua democracia” (COLOMBO, 2021, p. 21).

Na disputa, Luis Alberto Lacalle Pou, candidato posicionado mais à direita do espectro político, venceu Daniel Martínez, representante da Frente Ampla, de esquerda, partido que governava o país desde 2005. Nem o resultado apertado da eleição, 50,79% a 49,21% dos votos, ameaçou a institucionalidade uruguaia, já que, segundo Colombo (2021, p. 205), o partido derrotado “reconheceu o resultado das urnas e parabenizou o vencedor”. A excepcionalidade uruguaia, de acordo com Colombo (2021, p. 205), causa inveja ao continente, “uma região que hoje se vê tão polarizada”.

“Um dos fatores que fazem do Uruguai um país diferente é o fato de ele ser o mais laico da América Latina” (COLOMBO, 2021, p. 209). Segundo Calderón e Castells (2021, p. 161), em 2017, o Uruguai era o país da região com o mais baixo índice de católicos, 38%, e o mais alto no que diz respeito aos que não se identificam com nenhuma religião, 41%. Os números são bem diferentes dos índices regionais, 60% e 17%, respectivamente, o que justifica a singularidade uruguaia em

meio aos quadros latino-americanos. A força que fora aplicada pelos colonizadores europeus para impor sua cultura na região de forma que houvesse uma “reprodução da dominação, [...] especialmente religiosa” (QUIJANO, 2005, p. 121), não foi exercida com a mesma intensidade no Uruguai (COLOMBO, 2021, p. 209).

E mesmo em âmbito regional, os números permitem afirmar que há, na América Latina, uma “crise da Igreja católica” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 158), um dos pilares da atual conjuntura latino-americana, apesar de que nem todos os países enfrentam, hoje, o mesmo estágio dessa transformação. Entre 2013 e 2017, 16 dos 18 países latino-americanos que compõem o estudo apresentado em *A nova América Latina* registraram queda nos índices de população católica, à exceção de México e Paraguai, ambos com variação positiva de 1% no período (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 161). Em relação aos que não se identificam com nenhuma religião, 17 dos 18 países viram aumentar essa população entre 2013 e 2017, sendo a exceção, neste caso, a Bolívia, que registrou variação negativa de 1% (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 161). A variação regional para estes índices foi de -7% e de 5% (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 161), respectivamente, no período, o que consolida a tese dos autores.

Eleito, Lacalle Pou tomou posse como presidente uruguaio em 1º de março de 2020, o ano da peste, poucos dias antes de serem registrados os primeiros casos de Covid-19 no país. Tanto Lacalle Pou quanto Tabaré Vázquez, ex-presidente, “deram uma lição de institucionalidade” naquele momento, quando “ambos se trataram com respeito e cordialidade” (COLOMBO, 2019, p. 205). A transferência de poder marcou o fim de 15 anos ininterruptos de governos frenteamplistas, período que trouxe significativos avanços socioeconômicos ao país. De acordo com Colombo (2021, p. 223), “a pobreza [...] havia caído de 32,5% da população, em 2005, para 8%, em 2019”.

Em relação à pandemia, o Uruguai apresentava, até o dia 31 de maio de 2022, mais de um ano após a publicação de *O ano da cólera*, 208.05 mortes por Covid-19 a cada 100 mil habitantes, de acordo com a *Johns Hopkins University* (2022), o que deixava o país em décimo lugar em comparação com os demais países latino-americanos neste índice. Os números indicavam que 7.227 uruguaios haviam morrido em razão da doença e 916.388 casos tinham sido registrados no

país (JHU, 2022) que, segundo Colombo (2021, p. 227), “reagiu rápido” e administrou bem a questão, o que garantiu uma alta aprovação ao governo de Lacalle Pou em meados de 2020, 62%.

Após a publicação do livro, os uruguaios atravessam novo período de tranquilidade política, já que voltam às urnas apenas em 2024 para eleger, ou reeleger, um presidente, além de um novo Congresso, hoje ocupado em sua maioria por deputados e senadores da Frente Ampla.

Entre os demais países latino-americanos, “há outros que se encaixariam no mesmo recorte” em que são trabalhados em *O ano da cólera* os quadros chileno, boliviano, venezuelano, argentino e uruguaio, este último em sua excepcionalidade (COLOMBO, 2021, p. 11). O maior exemplo é o Peru, que, em outubro de 2019, viu o então presidente Martín Vizcarra dissolver o Congresso, controlado àquela altura pela oposição fujimorista. Em 26 de janeiro de 2020, os peruanos foram às urnas eleger uma nova formação parlamentar que, em 9 de novembro de 2020, aprovou o impeachment de Martín Vizcarra, este sob suspeita de corrupção. Manuel Merino, presidente do Congresso peruano, assumiu a presidência da República de forma interina para, em 15 de novembro de 2020, em meio a protestos da sociedade civil, renunciar ao cargo. Nesse contexto, o Congresso precisou eleger o terceiro presidente peruano em uma semana, sendo escolhido o então deputado Francisco Sagasti, que governou até 28 de julho de 2021, data da posse de Pedro Castillo, atual presidente do país.

Pedro Castillo foi eleito em eleição presidencial disputada em 11 de abril de 2021, primeiro turno, e em 6 de junho de 2021, segundo turno, quando derrotou a candidata de direita Keiko Fujimori por margem estreita, 50,13% a 49,87%. A vitória do candidato de esquerda, entretanto, só foi oficializada em meados de julho, após serem rejeitados pedidos judiciais da fujimorista contra o resultado da eleição. Apesar de ter tomado posse Pedro Castillo, o resultado extremamente apertado e as manifestações que o seguiram mostram que os peruanos terão anos de dificuldades, principalmente políticas, mas também no que diz respeito à pandemia. De acordo com a *Johns Hopkins University* (2022), como já foi dito, o Peru apresentava o maior índice de mortalidade por Covid-19 a cada 100 mil habitantes da região até o dia 31 de maio de 2022, 646.57, também o mais alto do mundo. Em razão da doença,

213.186 peruanos haviam morrido e 3.580.347 casos tinham sido confirmados no país (JHU, 2022). Naquele momento, o presidente Castillo, acusado de corrupção, já havia sofrido processo de impeachment, rejeitado pelo Congresso, e era alvo de investigação do Ministério Público peruano pelo mesmo motivo.

Outro país latino-americano que enfrenta dificuldades em relação à pandemia é o Equador, já que, até o dia 31 de maio de 2022, pouco mais de um ano após a publicação de *O ano da cólera*, 201.99 mortes a cada 100 mil habitantes haviam sido registradas no país (JHU, 2022). Em 2021, para além da publicação do livro, os equatorianos foram às urnas a fim de eleger um novo presidente, Guillermo Lasso. Lenín Moreno, então presidente, não se candidatou à reeleição após um período marcado por tensões sociais que tiveram início com “o aumento dos preços do combustível” (COLOMBO, 2021, p. 16).

A Colômbia é lembrada, na narrativa jornalística, no contexto do Acordo de Paz assinado em 2016 entre o governo colombiano, liderado pelo então presidente Juan Manuel Santos, e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc (COLOMBO, 2021, p. 17). Os esforços empenhados nas negociações deram ao presidente colombiano o Prêmio Nobel da Paz daquele ano, mas não foram bem vistos por parte da sociedade civil do país, que elegeu, na eleição presidencial de 2018, o opositor de direita Iván Duque. “Após décadas de guerra civil, as feridas continuam abertas na população, a tal ponto que a maioria dos cidadãos votou contra o acordo” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 307). Duque governou a Colômbia durante os anos da cólera e da peste latino-americanos.

Em relação à pandemia, o país apresentava, até o dia 31 de maio de 2022, a sexta taxa de mortalidade por Covid-19 mais alta da região, 274.85 mortes a cada 100 mil habitantes (JHU, 2022). Até aquele momento, 139.854 colombianos haviam morrido em função da doença e 6.103.455 casos tinham sido confirmados no país (JHU, 2022). Após a publicação de *O ano da cólera*, os colombianos voltaram às urnas em 29 de maio de 2022, quando ocorreu o primeiro turno de eleição presidencial que vai ter Gustavo Petro e Rodolfo Hernández em segundo turno a ser disputado em 19 de junho. É correto afirmar que o governo de Iván Duque, que conviveu com baixos índices de aprovação ao longo dos últimos anos, especialmente após o início da pandemia, não foi validado, já que nem Petro e nem



Hernández são aliados do atual presidente. Petro, nome das forças políticas de esquerda, teve 40,4% dos votos, enquanto Hernández, tido como independente, recebeu 27,9%.

Nicarágua, Cuba e El Salvador, assim como a Venezuela, são lembrados em *O ano da cólera* por atravessar governos que “podem ser classificados como ditatoriais” (COLOMBO, 2021, p. 250). O atual presidente nicaraguense é Daniel Ortega, no cargo desde janeiro de 2007, tendo sido reeleito em 2011, 2016 e 2021, após aprovação de lei que permite a reeleição indefinida no país. De acordo com Colombo (2021, p. 23), o presidente “vem implementando um sistema de partido único ao sufocar a oposição”. Em junho do ano passado, quatro opositores pré-candidatos à presidência foram presos no país, Cristiana Chamorro, Arturo Cruz Sequeira, Felix Maradiaga e Juan Sebastián Chamorro García. Ortega venceu a disputa eleitoral ao receber 75% dos votos.

Desde a Revolução Cubana de 1959, Cuba se declara um estado socialista, sob o qual governa o Partido Comunista de Cuba. O atual presidente do país é Miguel Díaz-Canel, eleito pela Assembleia Nacional em 2019 para um período de cinco anos, conforme prevê a atual Constituição cubana, aprovada também em 2019. Para além da publicação do livro, o país viu significativas manifestações contra o governo em julho de 2021, que rapidamente as reprimiu, resultando em centenas de prisões. A situação econômica, uma das pautas dos manifestantes, é atribuída por parte do governo cubano às sanções aplicadas pelo governo norte-americano à ilha, condição semelhante à que enfrentam os venezuelanos.

Em El Salvador, Nayib Bukele foi eleito presidente em 2019, num contexto de insatisfação popular com as forças políticas tradicionais do país. Em fevereiro de 2020, Bukele invadiu o Congresso do país, junto às Forças Armadas, aponta Colombo (2021, p. 250), numa demonstração de poder aos parlamentares da oposição. As eleições legislativas de fevereiro de 2021 deram ao presidente ainda mais poderes, momento em que os salvadorenos elegeram 56 deputados pertencentes às forças políticas que apoiam Bukele. Em maio de 2021, os parlamentares eleitos destituíram cinco juizes da Suprema Corte do país, a fim de abrir caminho para decisões presidenciais tidas como autoritárias. As ações do presidente Nayib Bukele, como a “intimidação ou imposição a membros do Poder

Judiciário” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 273), são identificadas como determinantes da corrupção do Estado, um dos fatores estruturais atuais das democracias da região (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 259).

O México, segundo Colombo (2021, p. 24), enfrentou situação semelhante à da eleição presidencial salvadorenha, quando, em 2018, os mexicanos, desiludidos com as opções tradicionais, elegeram o presidente André Manuel López Obrador, o AMLO. Em se tratando da pandemia de Covid-19, o governo mexicano falhou, já que o país registrava 324.895 mortes pela doença até o dia 31 de maio de 2022, o quinto no inglório ranking mundial neste quesito (JHU, 2022). Após a publicação de *O ano da cólera*, os mexicanos foram às urnas em junho de 2021 para eleger uma nova formação parlamentar, formação esta que manteve maioria para as forças aliadas do presidente AMLO, apesar de o partido governista não alcançar sozinho esta margem. Em 2024, os eleitores irão novamente às urnas, desta vez para eleger um novo presidente, já que não há reeleição no país.

O Paraguai, por sua vez, sob o governo de Mario Abdo Benítez, é um dos países da região que atualmente reconhecem o autodeclarado presidente Juan Guaidó como chefe de Estado da Venezuela (COLOMBO, 2021, p. 131). Abdo foi eleito pelos paraguaios em 2018, sendo que estes só voltam às urnas para eleger um novo presidente em 2023, onde, assim como na Colômbia e no México, não é permitida a reeleição presidencial.

Em março de 2021, os paraguaios foram às ruas em protestos contra o governo de Abdo, especialmente no que diz respeito à resposta do país à pandemia. O Paraguai tinha o sétimo maior índice de mortes por Covid-19 entre os países latino-americanos até o dia 31 de maio de 2022, 264.90 a cada 100 mil habitantes (JHU, 2022). O presidente paraguaio, entretanto, segue no cargo, assim como segue também Jair Bolsonaro, o presidente brasileiro.

O Brasil, por fim, acompanha os demais países latino-americanos em suas narrativas “como uma sombra”, de acordo com Colombo (2021). O ano da cólera, 2019, foi o primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro, eleito em situação semelhante à de outros presidentes da região, a insatisfação popular com as forças políticas tradicionais. “Consumava-se assim a crise política do maior país da América Latina” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 305). Para Calderón e Castells

(2021, p. 306), trata-se de um fenômeno que se tornou possível em razão da democracia, mas que é “inseparável da desestruturação do Estado”. Em relação à pandemia, o Brasil era o segundo país do mundo com o maior número de mortes por Covid-19 até o dia 31 de maio de 2022, 666.516, atrás apenas dos Estados Unidos, 1.004.760 (JHU, 2022). O desempenho do governo nesse contexto originou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, a CPI da Covid, manifestações contra o governo, mas também a favor dele, assim como a polarização máxima do eleitorado brasileiro.

Os brasileiros voltam às urnas ainda em 2022, quando será disputada a próxima eleição presidencial do país, para a qual lidera as pesquisas de intenção de voto o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como já foi dito. O presidente Jair Bolsonaro aparece logo em seguida, com base de apoio sólida, apesar da desaprovação crescente, acima de 50% em setembro de 2021, de acordo com as pesquisas. O momento foi um dos mais tensos sob o governo Bolsonaro, quando o presidente aumentou os ataques à democracia brasileira e estimulou atos com pautas inconstitucionais.

Dito isso, os próximos anos serão cruciais para que se descubra até que ponto as instituições do país se mostram capazes de sustentar a democracia brasileira, assim como o serão para que se observem os demais quadros latino-americanos e as transformações em curso nestes países. A observação é necessária, principalmente porque, segundo Colombo, ainda “falta [...] conhecimento do que se passa além das fronteiras de cada um dos países da região” (2021, p. 254).

### 3 SOBRE LIVRO-REPORTAGEM E “LIVRO DE REPÓRTER”

Uma revisão bibliográfica sobre os conceitos de livro-reportagem e de “livro de repórter” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019), é isto que propõe o presente capítulo, a fim de servir como base teórica para a posterior análise e localização do livro *O ano da cólera*, escrito pela jornalista Sylvia Colombo, entre as definições. Dá-se início à revisão, portanto, pelo conceito que primeiramente foi trabalhado por teóricos, o de livro-reportagem.

Em *Páginas ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*, Lima (2009, p. 62) define o livro-reportagem como “um dos gêneros da prática jornalística”, sendo que este tem o objetivo “de prestar informação ampliada sobre os fatos” (LIMA, 2009, p. 1). Belo (2006, p. 41) destaca, por sua vez, em *Livro-reportagem*, o aspecto “aperiódico de difusão de informações de caráter jornalístico” que, “por suas características, não substitui nenhum meio de comunicação, mas serve como complemento a todos”.

*O ano da cólera*, publicado em abril de 2021 pela editora Rocco, ainda que tenha a autora manifestado interesse em escrever uma sequência para o livro, em entrevista virtual durante o Festival Literário Internacional de Poços de Caldas (Flipoços) em 23 de julho de 2021, é aperiódico. O livro também promove, indiscutivelmente, uma visão ampliada sobre os fatos, já que descreve ao longo de 256 páginas acontecimentos que costumam tomar poucos caracteres dos jornais diários brasileiros, neste caso as recentes tensões políticas e sociais nos demais países da América Latina.

A amplitude a que se referem os teóricos é medida justamente em relação aos jornais periódicos, assim como a periodicidade. O livro-reportagem, para Lima (2009, p. 26), “é o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos”. É essa maior amplitude no tratamento dos fatos que faz com que o livro-reportagem ocupe os “vazios deixados pelo jornal” (LIMA, 2009, p. 4), tendo em vista que narra assuntos “muitas vezes veiculados inicialmente pela imprensa cotidiana” (LIMA, 2009, p. 46).

Nesse contexto, o livro-reportagem atua contra a superficialidade do relato inicial (LIMA, 2009, p. 41), propondo-se a “informar e orientar com profundidade” (LIMA, 2009, p. 40). Para Belo (2006, p. 49), um dos fatores que permitem que o livro-reportagem atue dessa forma é o maior prazo em relação ao que é aplicado nas redações, o que permite apuração rigorosa para a contextualização dos fatos. Não à toa, Sylvia Colombo descreve, num livro de 2021, episódios como os protestos que tomaram as ruas do Chile quase dois anos antes, em 2019. De acordo com Belo (2006, p. 88), a imprensa brasileira “contextualiza muito pouco hoje”, tornando-se “obrigação do livro-reportagem fazê-lo”.

Cabe, neste momento, destacar os aspectos que diferenciam o livro-reportagem dos demais livros. De acordo com Lima (2009, p. 27-28), as características responsáveis pela diferenciação são: conteúdo, tratamento e função. A primeira das características, quanto ao conteúdo, remete ao fato de que “o objeto de abordagem de que trata o livro-reportagem corresponde ao real, ao factual” (LIMA, 2009, p. 27). Depois, Lima (2009, p. 27) avança sobre o tratamento, que é “eminentemente jornalístico”. Por fim, quanto à função, “o livro-reportagem pode servir a distintas finalidades típicas ao jornalismo, que se desdobram desde o objetivo fundamental de informar, orientar, explicar” (LIMA, 2009, p. 28).

Em relação ao formato da narrativa, Lima (2009, p. XIII) aponta no livro-reportagem “elementos do jornalismo e da literatura”. Belo (2006, p. 24) identifica o movimento de reaproximação entre jornalismo e literatura, caracterizado pelo *new journalism*, surgido nos Estados Unidos na década de 1960, como uma resposta aos “padrões de objetividade e de linguagem” que dominavam, e ainda dominam, o jornalismo periódico, tornando-o burocrático (BELO, 2006, p. 14). O livro-reportagem surge, então, como “fruto da inquietude do jornalista que tem algo a dizer, com profundidade, e não encontra espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana” (LIMA, 2009, p. 33).

Assim sendo, de acordo com Lima (2009, p. 351), em se tratando do fazer jornalístico, “a modalidade que melhor utiliza o potencial do livro-reportagem é o jornalismo literário”, muito em função das técnicas narrativas que nele são aplicadas. Para Lima (2009, p. 358), “o estilo narrativo corresponde a uma tendência natural

humana”, portanto os leitores “querem um texto que pareça ficção, mas que seja real” (LIMA, 2009, p. 284).

Uma das características narrativas para a qual Lima (2009, p. 121) aponta a existência no livro-reportagem, cujo ápice foi justamente no período em que surgiu o *new journalism*, destaca o autor, é a observação participante. O modo de captação consiste no “envolvimento total [do jornalista] nos próprios acontecimentos e situações” (LIMA, 2009, p. 122-123), de forma que se apreenda o máximo possível do ambiente que será levado às páginas dos livros. Belo (2006, p. 72) classifica o modelo como “jornalismo ‘participativo’”, o qual permite dar maior profundidade à história, exatamente o que busca o livro-reportagem, apesar de questionar, em alguns momentos, a condição ética de como é feita a participação do autor na cena. Lima (2009, p. 373), por sua vez, entende que “a imersão é vital”, pois “só assim, mediante a experiência própria, o jornalista-escritor da realidade terá capacidade de despertar, no leitor, os estados de percepção similares aos que vivenciou” (LIMA, 2009, p. 349).

Para Lima (2009, p. 126), mesmo que não estejamos mais no auge do *new journalism*, “não significa que a observação participante tenha se afastado do livro-reportagem”, pelo contrário, “transformou-se, amenizou-se um pouco, talvez”, mas “continua presente”. Colombo (2021, p. 13) afirma, já no início de *O ano da cólera*, que o livro “é baseado em experiências vividas por esta repórter ao longo desses dois anos atipicamente agitados que sacudiram a América Latina”. A jornalista, por exemplo, não protestou nas ruas de La Paz após as eleições presidenciais bolivianas de outubro de 2019 e que resultaram na renúncia de Evo Morales, mas era onde se “encontrava para cobrir os fatos que sucederam a saída do agora ex-presidente do país” (COLOMBO, 2021, p. 82). Uma participação em menor escala, talvez, mas ainda assim uma incontestável participação nos episódios que ocupam as páginas do livro.

Outro aspecto para o qual apontam os autores é a humanização. “A humanização é outra marca distinta do jornalismo literário” e que, portanto, é comumente, e destacadamente, aplicada no livro-reportagem (LIMA, 2009, p. 359). Trata-se, segundo Lima (2009, p. 361), de colocar “as pessoas como eixo da narrativa”, de modo que o leitor identifique a “dimensão humana da situação” (BELO,

2006, p. 51). De acordo com Belo (2006, p. 51), a técnica consiste em “elencar informações que permitam ao leitor concluir como funciona a personalidade dos envolvidos na história”. Ainda na Bolívia, Colombo (2021, p. 69-71) descreve as condições sob as quais ocorreu a entrevista que fez com Evo em agosto de 2019, bem como o comportamento do ex-presidente boliviano durante a ação, o que indubitavelmente aumenta a dimensão humana daquela narrativa.

Em determinado momento, em *Páginas ampliadas*, em relação à construção do texto no livro-reportagem, Lima (2009, p. 41) afirma que “a narrativa jornalística constrói-se delimitada pelas dimensões de tempo e espaço”, sendo que “cada uma dessas dimensões pode ser vista como um conjunto de círculos concêntricos”. Dessa forma, quanto maior for o número de círculos abarcados pela história, mais ampliada será a narrativa (LIMA, 2009, p. 42). Para Lima (2009, p. 44), em se tratando de ser o círculo principal o círculo do presente, “é tanto mais forte um fenômeno, para o interesse jornalístico, quanto mais círculos de importância presente desde o passado, quanto mais círculos de relevância presente surgindo para o futuro”. Trata-se, nesse contexto, explorando os círculos de importância desde o passado, de narrar o “tempo histórico para compreender o presente” (LIMA, 2009, p. 44).

O resgate histórico é melhor aplicado, segundo Lima (2009, p. 45), “para ampliar o foco de compreensão do contemporâneo”. Para Lima (2009, p. 321), “quanto mais o jornalista [...] se limita ao círculo temporal do presente, tanto menos terá chance de encontrar o sentido desse acontecimento”, já que “o sentido de um acontecimento manifesta-se no tempo presente, como efeito do passado”. Por isso, o livro-reportagem cumpre sua função apenas quando apresenta “um número grande de círculos concêntricos de tempo e espaço” (LIMA, 2009, p. 334).

O *ano da cólera*, conforme já foi dito, retoma fatos históricos para explicar as tensões políticas e sociais na América Latina durante os anos de 2019 e 2020. “Para entender por que o governo de Mauricio Macri fracassou, é preciso voltar um pouco na história argentina”, mais precisamente ao “processo de formação do país enquanto um Estado contemporâneo” (COLOMBO, 2021, p. 145-146), o que remete à independência, conquistada em 1816. Colombo (2021, p. 209) aponta, no caso do Uruguai, que a “tendência ao laicismo teve início no período colonial”, de forma que

se entenda o fato de serem, os uruguaios, o povo mais laico da América Latina. Os dois exemplos comprovam o uso do resgate histórico na construção da narrativa do livro.

Belo (2006, p. 46), por sua vez, destaca o uso das informações históricas para o emprego do jornalismo interpretativo no livro-reportagem. Neste quadro, as conexões estabelecidas pelo autor entre os fatos históricos e recentes servem ao fim de “formar opinião sem opinar diretamente” (BELO, 2006, p. 46).

Dito isso, Lima (2009, p. 51) propõe, em *Páginas ampliadas*, uma classificação para os diferentes tipos de livros-reportagem, na qual adota, como critérios, “o objetivo particular, específico, com que o livro desempenha narrativamente sua função de informar e orientar com profundidade, e a natureza do tema de que trata a obra”. O autor define os seguintes grupos: livro-reportagem-perfil, livro-reportagem-depoimento, livro-reportagem-retrato, livro-reportagem-ciência, livro-reportagem-ambiente, livro-reportagem-história, livro-reportagem-nova consciência, livro-reportagem-instantâneo, livro-reportagem-atualidade, livro-reportagem-antologia, livro-reportagem-denúncia, livro-reportagem-ensaio e livro-reportagem-viagem.

O livro-reportagem-perfil tem como objetivo descrever a vida, ou parte dela, de uma pessoa, pública ou não, mas que, “por algum motivo, torna-se de interesse” (LIMA, 2009, p. 51). Esta é a categoria das biografias, para as quais o mercado brasileiro apresenta “forte tendência preferencial” (LIMA, 2009, p. 3). Já o livro-reportagem-depoimento busca reconstituir “um acontecimento relevante, de acordo com a visão de um participante ou de uma testemunha privilegiada” (LIMA, 2009, p. 52). O livro pode ser escrito pelo próprio observador do acontecimento ou por um jornalista que colete o depoimento da testemunha antes de fazê-lo. Em seguida, o livro-reportagem-retrato, que, diferentemente do perfil, descreve não uma pessoa, “mas sim uma região geográfica, um setor da sociedade, um segmento da atividade econômica, procurando traçar o retrato do objeto em questão” (LIMA, 2009, p. 53).

O livro-reportagem-ciência, como o nome do grupo sugere, “serve ao propósito de divulgação científica, geralmente em torno de um tema específico”, sendo que “pode também apresentar caráter de crítica ou reflexão” (LIMA, 2009, p.



53). A categoria dos livros-reportagem-ambiente, por sua vez, relaciona-se, de acordo com Lima (2009, p. 53), “aos interesses ambientalistas, às causas ecológicas”, atuando de forma crítica ou com o objetivo de conscientização a respeito do assunto. Já os livros-reportagem-história retomam “um tema do passado recente ou algo mais distante no tempo”, mas que, normalmente, apresenta “algum elemento que o conecta com o presente, dessa forma possibilitando um elo comum com o leitor atual” (LIMA, 2009, p. 54).

O livro-reportagem-nova consciência tem como foco, segundo Lima (2009, p. 55), “temas das novas correntes comportamentais, sociais, culturais, econômicas e religiosas que surgem em várias partes do mundo, resultantes de duas ebulições significativas do mundo ocidental nos anos 60”. As referidas ebulições são a contracultura, movimento que questionava as normas sociais e padrões vigentes, e a aproximação do Ocidente para com a cultura e a civilização asiática e do Oriente Médio (LIMA, 2009, p. 55). O livro-reportagem-instantâneo trabalha o fato recém-concluído, mas nem por isso deve apresentar uma narrativa efêmera, superficial (LIMA, 2009, p. 55-56). Já o livro-reportagem-atualidade descreve um fenômeno atual, “mas cujos desdobramentos finais ainda não são conhecidos”, de modo que o leitor identifique as “forças em conflito que poderão determinar o desfecho [do acontecimento]” (LIMA, 2009, p. 56).

O grupo dos livros-reportagem-antologia tem como propósito “reunir reportagens agrupadas sob os mais distintos critérios, previamente publicadas na imprensa cotidiana ou até mesmo em outros livros” (LIMA, 2009, p. 57). O livro-reportagem-denúncia, por sua vez, aponta quaisquer injustiças que possam ser identificadas pelo autor, sejam elas cometidas por órgãos governamentais ou entidades privadas, por exemplo (LIMA, 2009, p. 57). Em seguida, o livro-reportagem-ensaio diferencia-se pela “presença muito evidenciada do autor e de suas opiniões sobre o tema”, sendo que frequentemente é narrado na primeira pessoa (LIMA, 2009, p. 58). Por fim, os livros-reportagem-viagem, aqueles que, a partir de “uma viagem a uma região geográfica específica”, descrevem “vários aspectos das realidades possíveis do local” (LIMA, 2009, p. 58). Para Lima (2009, p. 58), esta categoria não pode ser confundida com o “relato meramente turístico”, já

que tem “nítida preocupação com a pesquisa, com a coleta de dados, com o exame de conflitos”.

Lima (2009, p. 59) afirma, entretanto, após as definições, que a classificação proposta não deve “ser entendida como uma camisa-de-força”, já que, segundo o autor, “é possível que títulos se enquadrem simultaneamente em mais de uma classificação”. É o caso de *O ano da cólera*, livro que apresenta características de mais de um dos grupos identificados por Lima, entre eles o livro-reportagem-atualidade, já que a autora descreve fatos ainda inconclusos, como as investidas da oposição venezuelana sobre o governo de Nicolás Maduro, e o livro-reportagem-instantâneo, visto que, publicado em abril de 2021, aborda com profundidade as implicações do início da pandemia de Covid-19 na América Latina, onde o primeiro caso da doença foi registrado em fevereiro de 2020.

Ademais, percebem-se, também, aspectos do livro-reportagem-depoimento, visto que Sylvia Colombo emprega, por vezes, a narração em primeira pessoa de eventos que testemunhou, e o livro-reportagem-retrato, pois o livro se propõe a descrever, e descreve, aspectos de uma região geográfica, a América Latina. “As modalidades mesclam-se, combinam-se, muitas vezes” (LIMA, 2009, p. 59).

Além disso, de acordo com Lima (2009, p. 59), novas classificações podem surgir “em decorrência da flexibilidade e da criatividade peculiares ao livro-reportagem”. Para Lima (2009, p. 51), isso se deve ao fato de que “o gênero da reportagem em livro oferece muita liberdade ao autor”, o que em “nada impede que alguns aspectos importantes [do conceito] se alterem no futuro breve”. É utilizando-se desse preceito que surge o conceito de “livro de repórter” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019). É preciso, entretanto, antes de entrar de fato no campo desta definição, entender a liberdade para a qual apontou Lima (2009, p. 51).

O livro-reportagem oferece liberdade ao autor para que este fuja dos “ditames convencionais que restringem sua tarefa de construtor de mensagens na imprensa cotidiana” (LIMA, 2009, p. 63). A partir disso, Lima identifica um conjunto de liberdades inerentes à construção do livro-reportagem: liberdade temática, liberdade de angulação, liberdade de fontes, liberdade temporal, liberdade do eixo de abordagem e liberdade de propósito. A autoexplicativa liberdade temática é seguida

pela liberdade de angulação, já que “o livro-reportagem é uma obra de autor” (LIMA, 2009, p. 83).

Para Lima (2009, p. 368), o autor do livro-reportagem deve empregar em sua obra o estilo próprio e a voz autoral, evitando as práticas jornalísticas aplicadas nas redações, já que “o leitor espera [...] uma leitura individual, marcada pela experiência própria do autor, seu modo de captar e expressar a realidade, sua interação com os personagens da história” (LIMA, 2009, p. 369), o que é inseparável da “subjetividade impregnada de impressões do repórter” (LIMA, 2009, p. 195). Trata-se, então, da literatura da realidade, que, entre outros aspectos, exige “o olhar único, singular, do autor” (LIMA, 2009, p. 387-388). Para Belo (2006, p. 118), a narrativa do livro-reportagem é um “texto de autor”, o que permite a singularidade do relato (BELO, 2006, p. 120).

As demais liberdades corroboram a tese de que, no livro-reportagem, evita-se o uso das práticas jornalísticas institucionalizadas, como é o caso da liberdade de fontes. “Não estando atrelado ao ritmo compulsivo de produção das redações, o livro-reportagem pode fugir do estreito círculo das fontes legitimadas e abrir o leque para um coral de vozes variadas” (LIMA, 2009, p. 84). Em *O ano da cólera*, há a descrição de entrevistas e conversas com o presidente boliviano Luis Arce (COLOMBO, 2021, p. 95-96) e com o ex-ministro da Economia da Argentina Nicolás Dujovne (COLOMBO, 2021, p. 163), por exemplo, mas também com o oficial de fronteira chileno Miguel (COLOMBO, 2021, p. 62) e com Doña Uruchi, “uma senhora [boliviana] que vendia pedaços fatiados de abóbora” na praça central do povoado de Achacachi (COLOMBO, 2021, p. 76).

A liberdade temporal remete aos conceitos de atualidade e contemporaneidade, este último empregado no livro-reportagem, já que o autor pode resgatar acontecimentos que não são atuais, mas que seguem causando impactos no tempo presente (LIMA, 2009, p. 85). Quanto ao eixo de abordagem, este não necessariamente precisa “girar em torno da factualidade, do acontecimento” (LIMA, 2009, p. 85), assim como a liberdade de propósito permite ao livro-reportagem que sirva a fim de orientação, explicação, e não apenas informação (LIMA, 2009, p. 86-87). Colombo (2021, p. 254), em *O ano da cólera*, ao apontar que falta, aos brasileiros, “conhecimento do que se passa além das fronteiras de cada um dos

países da região”, busca não apenas informar, mas sim orientar e explicar aos leitores “diferenças cruciais, que não devem ser ignoradas, entre os processos de cada país em particular” (COLOMBO, 2021, p. 11).

Adentramos, assim, o conceito de “livro de repórter”, entendido pelas teóricas como “espaço de reflexão sobre o saber e a prática jornalística” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019, p. 24). O livro de repórter, segundo Marocco, Zamin e Silva (2019), apresenta duas características principais, a autoralidade e a crítica das práticas jornalísticas. É a existência de um “repórter-autor”, como define Marocco (2019, p. 66), que promove crítica da prática jornalística, criando “um modo de produção autoral e a materialização de saberes nos livros que escreve”, que distingue o livro de repórter do livro-reportagem (MAROCCO, 2016 *apud* MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019, p. 37).

Quanto à autoralidade, até então “pouco explorada nos estudos em jornalismo” (MAROCCO, 2019, p. 80), destaca-se que o livro de repórter indica “um tipo de autoria individual afastada do *ethos* profissional e da autoria coletiva própria do tempo e do espaço do jornalismo” (MAROCCO, 2019, p. 63), já que o jornalista é parte “desse processo de produção coletiva” (MAROCCO, 2019, p. 49), e quando avança para as páginas dos livros deve subvertê-lo. “A subversão dos modos de objetivação jornalística [...] pode ser observada nos livros de repórter como uma das ações de resistência” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019, p. 38).

Essa resistência se dá por modos também aplicados pelos jornalistas nos livros-reportagem, como é o caso do uso de fontes “pouco reconhecidas publicamente” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019, p. 41) em oposição às fontes oficiais e institucionalizadas, bem como a aproximação do acontecimento, abrindo “mão do distanciamento obtido com a objetividade jornalística, herdada do cientificismo”, para apresentar-se “como um sujeito que se expõe à experiência, descreve suas sensações, reconhece a alteridade” (MAROCCO, 2019, p. 95). A partir do emprego das práticas de resistência, de acordo com Marocco (2019, p. 94), o livro de repórter mostra “que é possível agir às margens do jornalismo dominante”. Marocco (2019, p. 70) aponta, ainda, que o repórter-autor, no livro de repórter, leva ao texto “certas informações que o discurso cotidiano e o domínio midiático da

ideologia dominante muitas vezes esquecem e escondem sob uma ordem do discurso”.

Dessa forma, o livro de repórter torna-se “um lugar de tensão entre os controles discursivos a que os jornalistas estão expostos e a resistência com que se opõem a eles” (MAROCCO, 2019, p. 62), o que permite percebê-lo, inclusive, “como [contributo] para uma análise do jornalismo por [formular] uma experiência à sombra das práticas jornalísticas, que se localiza além dos relatos dos jornais e às margens das teorias jornalísticas e manuais de redação” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019, p. 36). Nesse contexto, o livro de repórter “instala o repórter na posição de intérprete crítico das leis do jornalismo” (MAROCCO, 2019, p. 64), para que este reflita sobre as práticas jornalísticas.

Quando Colombo (2021, p. 254), em *O ano da cólera*, afirma, conforme já foi dito anteriormente, que falta, aos brasileiros, “conhecimento do que se passa além das fronteiras de cada um dos países da região”, trata-se, indiscutivelmente, de uma crítica ao jornalismo diário que é praticado no país.

## 4 METODOLOGIA

Como metodologia de pesquisa, o estudo propõe a análise pragmática da narrativa jornalística, conforme definição de Motta (2005). O objetivo é aplicar o método na narrativa construída por Sylvia Colombo em *O ano da cólera*, afinal, “quem narra tem algum propósito ao narrar, nenhuma narrativa é ingênua” (MOTTA, 2005, p. 3). A metodologia consiste em seis movimentos de análise a serem executados, de forma que se possa, segundo Motta (2005, p. 3), “compreender as estratégias e intenções textuais do narrador, [...] o reconhecimento (ou não) das marcas do texto e as interpretações criativas do receptor”.

O primeiro dos movimentos, entretanto, já foi cumprido por Sylvia Colombo. Motta (2005, p. 4) propõe a análise pragmática a partir de notícias diárias, “fragmentos desconexos de sentido [que] dificilmente contam uma história completa”. Para tanto, é necessário que se conectem esses fragmentos, as partes do acontecimento jornalístico, reconstruindo-o, o que já foi feito pela autora de *O ano da cólera*. Esta é, aliás, uma característica inerente aos livros-reportagem e livros de repórter, a reconstrução do acontecimento jornalístico, mesmo aqueles sobre situações ainda inacabadas.

A narrativa de *O ano da cólera* tem começo na declaração de estado de emergência no Chile por parte do à época presidente Sebastián Piñera, em novembro de 2019, e se estende até o início de 2021 e o combate à pandemia na América Latina. Além disso, a narrativa retoma fatos de décadas e até séculos passados, como a criação do partido Colorado uruguaio, em 1836, força política que, em alternância com o partido Nacional, governou o Uruguai “ao longo da segunda metade do século XIX e de quase todo o século XX” (COLOMBO, 2021, p. 211). A reconstrução dos acontecimentos abordados no livro, portanto, é suficiente para que, neste projeto, se dê início à análise pragmática da narrativa jornalística pelo segundo movimento de Luiz Gonzaga Motta.

Dito isso, a referida metodologia prevê, em seu segundo ato, a identificação do conflito que estrutura a narrativa jornalística. Para Motta (2005, p. 5), “o conflito é o núcleo em torno do qual gravita tudo o mais na narrativa”. *O ano da cólera*, conforme mencionado anteriormente, apresenta cinco grandes eixos narrativos, os

cenários políticos, econômicos e sociais chilenos, bolivianos, venezuelanos, argentinos e uruguaios. Na Bolívia, por exemplo, a construção narrativa tem início a partir das circunstâncias sob as quais ocorreu a eleição presidencial de 2019, pleito que, sob suspeição, reelegera Evo Morales para um quarto mandato, mas “que culminou em muita violência, mortes e em sua própria renúncia e exílio” (COLOMBO, 2021, p. 73). O conflito sob o qual gravita o arco boliviano, portanto, é a eleição de 2019 e o subsequente embate entre as forças políticas do *MAS* e a oposição.

Assim sendo, o estudo pretende identificar não somente este, mas todos os outros conflitos que guiam as narrativas construídas pela autora, inclusive aquele em torno do qual gravita uma narrativa maior e que conecta todos os episódios, a narrativa latino-americana. Para Colombo (2021, p. 11), apesar de serem respeitadas as especificidades de cada caso, motivo pelo qual cada capítulo finda a narrativa de um dos países estudados e por isso apresenta um conflito particular, as “transformações em vários países da região nos levam a investigar certas convergências entre os acontecimentos políticos desses mesmos países”, o que nos faz ir em busca da identificação de um conflito geral.

O terceiro movimento de Motta remete à identificação dos personagens da narrativa jornalística. Para isso, “os designantes das personagens, tais como nomes, identificadores e co-referências devem ser particularmente observados” (MOTTA, 2005, p. 7). É importante pontuar que, segundo Motta (2005, p. 7), a análise é feita não a partir da realidade histórica, mas sim da versão, ou seja, da narrativa jornalística em si. O objetivo é observar como se dá a representação da figura no texto, afinal, “esta é uma construção que mobiliza a subjetividade do repórter” (MOTTA, 2005, p. 8). Para se referir ao atual governo venezuelano pela primeira vez no capítulo sobre a Venezuela, Colombo (2021, p. 103) descreve-o como a “ditadura de Nicolás Maduro”, o que dá início à construção do personagem na narrativa jornalística.

O quarto passo estuda as estratégias comunicativas empregadas pelo autor no texto, neste caso Sylvia Colombo. Para Motta (2005, p. 8), o autor da narrativa jornalística “utiliza recursos de linguagem que procuram camuflar seu papel como narrador, apagar a sua mediação”, o que é um fato quando se trata do jornalismo

praticado nas redações dos jornais diários. Em *O ano da cólera*, entretanto, Sylvia Colombo não evita o uso da narração em primeira pessoa, o que em nada impede que seja feita a identificação e análise das estratégias comunicativas presentes na narrativa. Esta é, assim como a reconstrução do acontecimento jornalístico, outra característica bastante comum em livros-reportagem, o uso da narração em primeira pessoa:

Foi assim que vi a capital chilena quando nela desembarquei em 22 de dezembro de 2020, apenas três dias antes da votação que havia sido convocada pelo presidente Sebastián Piñera para acalmar os ânimos de incansáveis manifestantes (COLOMBO, 2021, p. 29).

Dito isso, Motta avança, ainda no quarto movimento, para a identificação de outros recursos linguísticos e extralinguísticos aplicados na construção da narrativa jornalística. Para Motta (2005, p. 9), o objetivo do jornalista é “fazer com que os leitores/ouvintes interpretem os fatos narrados como verdades”. Para isso, o relato jornalístico é fixado no presente: “o jornalismo observa o mundo desde o atual, ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro” (MOTTA, 2005, p. 9). O estudo pretende, a partir daqui, identificar esta e outras estratégias capazes de transmitir à narrativa de *O ano da cólera* o efeito de real, como é o caso do uso de citações que confirmam veracidade ao que está sendo narrado e do emprego da precisão, muitas vezes através do uso de estatísticas. A “construção de efeitos poéticos”, segundo Motta (2005, p. 12), também deve ser observada neste momento, afinal, a narrativa jornalística provoca nos leitores “diversos tipos e graus de comoção”.

O penúltimo movimento da análise pragmática da narrativa jornalística prevê a observação do ato comunicativo realizado entre narrador e leitor. No caso do jornalismo diário, “é o receptor das fragmentadas notícias quem vai conectar as partes com a ajuda da memória, [...] montar os atravessados quebra-cabeças das intrigas e significados através de atos criativos de recepção” (MOTTA, 2005, p. 13); em *O ano da cólera*, vale reforçar, a reconstrução da narrativa jornalística já foi feita, ainda assim restando um complexo ato comunicativo em exercício entre Sylvia Colombo e seus leitores. A análise deve identificar, segundo Motta (2005, p. 13), a



“situação espaço-temporal onde se realiza a relação comunicativa para compreender as circunstâncias do ato de enunciação”. Um dos fatores determinantes dessa relação, aliás, está elucidado na frase que deu origem a este estudo: “Falta [...] conhecimento do que se passa além das fronteiras de cada um dos países da região” (COLOMBO, 2021, p. 254). A autora escreve para aqueles que, no Brasil, buscam compreender os acontecimentos do ano da cólera na América Latina, que por sua vez esperam encontrar ali a verdade dos fatos. O objetivo da análise, portanto, é assinalar aspectos que indiquem, ou não, que a narrativa jornalística tenha sido construída para um público específico.

Por fim, o sexto movimento da metodologia observa a moralidade da história, afinal:

A narrativa jornalística, por mais que se pretenda isenta e imparcial, é também fortemente determinada por um fundo ético ou moral. Os jornalistas só destacam certos fatos da realidade como notícia porque esses fatos transgridem algum preceito ético ou moral, alguma lei, algum consenso cultural. A notícia representa sempre uma ruptura ou transgressão em relação a algum significado estável (MOTTA, 2005, p. 14).

O objetivo último da análise, segundo Motta (2005, p. 14), é “identificar, interpretar e elucidar esse significado simbólico”. É importante destacar que o significado pode ser ético, moral ou filosófico, além de conter aspectos políticos (MOTTA, 2005, p. 14), como é o caso das narrativas jornalísticas de *O ano da cólera*, já que as transgressões são sempre de ordem política, vide a eleição boliviana de 2019, quando, “à revelia das regras da Constituição”, Evo Morales buscou um quarto mandato presidencial (COLOMBO, 2021, p. 69).

Motta (2005, p. 14) aponta ainda que é “com o auxílio da memória e dos cânones culturais [que] os receptores recompõem as narrativas e são dominados por estados de ânimo de maior ou menor comoção”, o que atravessa as circunstâncias em que ocorre o ato comunicativo entre narrador e leitor. Para Motta (2005, p. 15), o jornalismo e suas narrativas reforçam diariamente que “o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida, a propriedade precisa ser respeitada, o trabalho enobrece, a família é um valor supremo, a nação é soberana”. O propósito

deste movimento da análise, logo, é identificar estes e outros significados simbólicos presentes na narrativa jornalística de *O ano da cólera*.

O estudo utilizar-se-ia, ainda, da entrevista em profundidade, conforme definição de Duarte (2006). A metodologia foi devidamente revisada, mas por motivos anteriormente mencionados, não pôde ser aplicada, o que torna dispensável a presença da descrição do método neste capítulo.

## 5 ANÁLISE PRAGMÁTICA DA NARRATIVA DE *O ANO DA CÓLERA*

A análise pragmática da narrativa jornalística de *O ano da cólera*, ato proposto por este estudo, tem início pelo segundo movimento da metodologia de Luiz Gonzaga Motta, afinal, Sylvia Colombo já cumpriu o primeiro deles, a reconstrução do acontecimento jornalístico. Cabe, entretanto, a partir da aplicação dos demais movimentos da metodologia na narrativa do livro, observar como se dá essa reconstrução, pois são analisadas as escolhas da autora durante a reconstituição dos eventos. O primeiro objetivo desta análise, portanto, é identificar o conflito que organiza a narrativa, ou as narrativas, como é o caso do livro em questão, pois há mais de uma história sendo contada, a chilena, a boliviana, a venezuelana, a argentina, a uruguaia e a latino-americana, que engloba todos os eventos explorados nas narrativas anteriores e outros ainda, ocorridos nos demais países da região.

Em *O ano da cólera*, o título do capítulo que aborda o Chile dá indícios de qual é o conflito estruturador da narrativa chilena: “Enterrando o último resquício da ditadura” (COLOMBO, 2021, p. 29). Trata-se de uma clara alusão ao plebiscito nacional realizado em 25 de outubro de 2020, momento em que os chilenos optaram pela escrita de uma nova Constituição em detrimento daquela que vigora desde 1981 no país. Colombo (2021, p. 29) afirma, na primeira frase do capítulo, que “chegar a Santiago para cobrir o plebiscito que definiria se a população queria ou não que o país tivesse uma nova Constituição foi como aterrissar numa cidade que tinha atravessado uma guerra”, o que confirma o fato: a jornalista está no Chile para acompanhar este evento, o plebiscito, ancora o relato neste ponto e, a partir disso, retoma fatos históricos para explicá-lo ou avançar sobre as consequências do resultado das urnas.

Mas terá sido a vitória do “aprovo”, no plebiscito, o fim de um período de turbulência? Nada nos leva a crer que sim. Afinal, entre os manifestantes que estiveram nas ruas desde outubro de 2019, havia grupos que pediam muitas outras coisas que não são passíveis de resolução por meio, apenas, de uma nova Constituição. Pouco depois da vitória do “aprovo”, eles já estavam nas ruas outra vez (COLOMBO, 2021, p. 67).

A narrativa boliviana, produto do segundo capítulo do livro, “Violência, luto e épica em um país ainda dividido” (COLOMBO, 2021, p. 69), tem início às vésperas da eleição presidencial de 2019, realizada em 20 de outubro e que resultou na reeleição e posterior renúncia de Evo Morales. É em torno deste acontecimento, e a partir do mesmo, que a narrativa avança ou retoma fatos históricos para explicar o que viveu a Bolívia naquele ano, o ano da cólera. Colombo (2021, p. 69) descreve, nos primeiros parágrafos do capítulo, um “dia de agosto de 2019”, quando estava na base aérea de El Alto para acompanhar Evo, “dois meses antes das eleições presidenciais” em que o então presidente “ia disputar um polêmico quarto mandato”. Fixada neste conflito, a eleição boliviana de 2019, a narrativa resgata, entre outros episódios, um referendo constitucional realizado em 2016, quando “o ‘não’ a uma mudança constitucional que permitisse uma nova candidatura do mandatário [Evo Morales] se sobrepôs ao ‘sim’” (COLOMBO, 2021, p. 72), e depois avança sobre as consequências do resultado das urnas: “Entre 20 de outubro de 2019, quando se celebrou a controversa eleição presidencial, e 18 de outubro do ano seguinte, quando ela foi refeita com outros atores e outra conjuntura, a Bolívia sofreu um período de tensão contínua” (COLOMBO, 2021, p. 73).

É importante destacar, entretanto, que apesar de Colombo (2021, p. 81) apontar que foi a “OEA [que] manifestou dúvida sobre a contagem dos votos” na eleição boliviana de 2019, ela não retoma o histórico de interferências do tipo em assuntos políticos na América Latina, o que é de grande interesse para a total compreensão do evento. Em *As Veias abertas da América Latina*, Galeano (1979, p. 293) afirma, em relação à tomada de poder no Chile por parte dos militares em 1971, que “a estratégia do crime foi planejada em Washington”. A OEA tem sede em Washington e, apesar de Colombo (2021, p. 85) informar em seguida que a auditoria havia sido “contestada por organismos internacionais e por um estudo publicado no jornal americano *The Washington Post*”, ela decide por não compartilhar com o leitor o histórico de influência norte-americana sobre a região, o que afeta a narrativa jornalística.

Na Venezuela, Sylvia Colombo guia a narrativa através do embate entre o chavismo, força política que governa o país desde 1999, e a oposição, embate este

que teve seu ápice, em *O ano da cólera*, em 2019, quando o deputado Juan Guaidó, líder da Assembleia Nacional, evoca a Constituição e autoproclama-se presidente interino do país. O argumento de Guaidó, aponta Colombo (2021, p. 127), era de que “a eleição de 2018 havia sido fraudada”, Nicolás Maduro não mais era um presidente legítimo e, portanto, “o poder estava vago”. Este é o conflito que organiza a narrativa venezuelana, o confronto entre o chavismo e a oposição, seja nas urnas ou nas ruas, e a partir do qual Colombo (2021, p. 99) explica “Por que a Venezuela virou a Venezuela?”, a de 2019, título do capítulo que aborda os episódios venezuelanos. Colombo (2021, p. 102) descreve as circunstâncias sob as quais Hugo Chávez assume a presidência em fevereiro de 1999, “período de tensão social, crise econômica e instabilidade política”, e a narrativa jornalística avança, a partir disso, até o final de 2020, quase dois anos após a declaração de Guaidó, momento em que Maduro ainda mantinha-se no poder (COLOMBO, 2021, p. 137).

O quarto capítulo de *O ano da cólera*, “Paciente com comorbidades” (COLOMBO, 2021, p. 139), é o da narrativa jornalística construída pela autora sobre a Argentina. O conflito que guia a narrativa é o confronto político entre o peronismo, que tem como uma de suas principais vertentes o kirchnerismo, e a oposição. O ápice do embate, no livro, é a eleição presidencial de 2019, momento em que o kirchnerismo retorna ao poder após quatro anos de presidência de Mauricio Macri. A narrativa tem início em outubro de 2018, quando, de acordo com Colombo (2021, p. 140), “a desilusão com Macri, eleito em 2015, já era enorme”. O relato é fixado neste ponto para retroceder ou avançar na história a fim de explicar o período e a vitória do peronismo nas urnas em 27 de outubro de 2019. O momento em que Cristina Kirchner, ex-presidente, anunciou, em 18 de maio de 2019, “que não concorreria à Presidência, mas sim à Vice-Presidência da Argentina” (Colombo, 2021, p. 175), e o dia da posse do presidente eleito Alberto Fernández, em 10 de dezembro de 2019 (COLOMBO, 2021, 184-185), são exemplos de que a narrativa gravita em torno do embate entre o peronismo e a oposição, a eleição de 2019 e a consequência do resultado das urnas.

A narrativa uruguaia, “A excepcionalidade que causa inveja ao continente” (COLOMBO, 2021, p. 205), tem como conflito estruturador, também, uma eleição presidencial realizada em 2019. Colombo fixa o relato neste evento para retomar

fatos históricos a fim de explicar a transferência pacífica de poder no Uruguai ou avançar sobre as consequências do resultado das urnas. “Em sua posse, no dia primeiro de março de 2020, Lacalle Pou e Tabaré Vázquez, que até então era o presidente, deram uma lição de institucionalidade a uma região que hoje se vê tão polarizada” (COLOMBO, 2021, p. 205).

Para Colombo (2021, p. 209), “um dos fatores que fazem do Uruguai um país diferente é o fato de ele ser o mais laico da América Latina”, o que mostra-se ser uma escolha assertiva da autora para a construção da narrativa jornalística, pois mesmo que haja uma “crise da Igreja católica” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 158) na região, enquanto outros países viram aumentar o número de seguidores da igreja evangélica entre 2013 e 2017, o Uruguai se manteve como o mais laico no período e não teve variação positiva no número de evangélicos, pelo contrário (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 161). A excepcionalidade sob a qual é tratada a eleição uruguaia de 2019 é fundamentada neste aspecto, a enorme laicidade dos uruguaios.

É importante pontuar, neste momento, que todas as narrativas jornalísticas descritas até aqui avançam sobre 2020, o ano da peste, e a chegada da pandemia de Covid-19 à América Latina. As narrativas descrevem, a partir disso, como as forças envolvidas nos conflitos identificados lidam com a situação, o que não deixa de ser consequência dos resultados destes conflitos. Na Argentina, de acordo com Colombo (2021, p. 204), o único alento de Alberto Fernández era que “no ano em que a pandemia começou, a oposição ainda não tinha uma cara e uma proposta única”. No Uruguai, a partir de satisfatória resposta à pandemia, “nos primeiros quatro meses no cargo, Lacalle Pou passou a ter 62% de aprovação, segundo o instituto de pesquisas Factum” (COLOMBO, 2021, p. 227).

Por fim, a narrativa jornalística construída por Sylvia Colombo para descrever a América Latina, aquela que engloba todas as narrativas anteriores, tem início quando, em 18 de outubro de 2019, o presidente chileno Sebastián Piñera declara estado de emergência no Chile. O episódio não é, de fato, o primeiro em ordem cronológica, mas é aquele que dá origem à narrativa de *O ano da cólera*. Colombo (2021, p. 9-11) afirma que foi a partir deste acontecimento que passou a se perguntar “sobre os motivos de estar ocorrendo uma revolta atrás da outra na

América Latina” e que a ideia de escrever o livro surgiu em seguida. O conflito desta narrativa maior, portanto, reside nas manifestações das populações latino-americanas contra algum aspecto institucional de seus países, seja o governo, a Constituição ou o resultado de uma eleição presidencial, com a exceção dos uruguaios, que não protestaram no período, sendo trabalhada na narrativa jornalística a sua excepcionalidade. Colombo (2021, p. 27) destaca, em todos os países, à exceção novamente do Uruguai, “o cansaço de suas populações com relação ao modo de se fazer política tradicional”.

Ainda neste movimento da análise pragmática da narrativa, Motta (2005, p. 5) aponta que “há sempre pelo menos dois lados em confronto em quase todo acontecimento jornalístico”. No conflito da narrativa chilena, o plebiscito de 2020, há os que optaram por uma nova Constituição e que, antes mesmo do anúncio da realização da votação, já estavam nas ruas para protestar contra as políticas públicas do país, e os que votaram contra essa opção. Na Bolívia, Evo Morales, o *MAS* e seus eleitores de um lado, a oposição, representada nas eleições por Carlos Mesa, de outro. Na narrativa venezuelana, os chavistas contra a oposição, liderada, em 2019, por Juan Guaidó. Na Argentina, no contexto da eleição presidencial de 2019, os eleitores peronistas e os eleitores de Mauricio Macri e do *Propuesta Republicana (PRO)*, partido político de direita. Na narrativa uruguaia, por fim, também em período de eleição presidencial, os eleitores da Frente Ampla de um lado, os eleitores de Lacalle Pou e da aliança política que uniu os partidos Nacional e Colorado, de outro. Este breve exercício nos introduz ao terceiro movimento da metodologia de Motta, a identificação dos personagens da narrativa jornalística e a sua colocação no campo de forças do conflito.

Neste momento, observa-se como se dá a construção do personagem na narrativa jornalística a partir do que Motta (2005, p. 7) chama de designantes, “tais como nomes, identificadores e co-referências”, aspectos que levam a subjetividade do autor, no caso Sylvia Colombo. No Chile, identifica-se o presidente Sebastián Piñera, referido das seguintes maneiras: “um dos principais aliados regionais de Bolsonaro” (COLOMBO, 2021, p. 50), mas que desloca-se “do discurso bolsonarista” em alguns momentos (COLOMBO, 2021, p. 49); “o presidente mais rico das Américas” (COLOMBO, 2021, p. 52), “com origem em uma das famílias mais

endinheiradas do país” (COLOMBO, 2021, p. 52) e que tem “fama de viver um estilo de vida descolado da realidade” (COLOMBO, 2021, p. 54); integrante “da corrente mais moderada da coalizão de centro-direita Chile Vamos” (COLOMBO, 2021, p. 53), “um democrata que valoriza as instituições e que era contra aquele regime [a ditadura de Pinochet]” (COLOMBO, 2021, p. 53), mas que “esteve o tempo todo ao lado daqueles que não aprovavam a ideia de uma nova Carta” (COLOMBO, 2021, p. 66). Este é o retrato do representante do governo que é alvo das manifestações de 2019 no Chile, Sebastián Piñera, assim como é o ex-general Augusto Pinochet quem melhor representa, na narrativa jornalística, a Constituição do país, também alvo dos protestos chilenos: “a Constituição de Pinochet” (COLOMBO, 2021, p. 40).

Augusto Pinochet e seu período de governo são descritos das seguintes formas: “o regime de Pinochet acabou com a liberdade de expressão” (COLOMBO, 2021, p. 46), “uma ditadura que, para se impor, agiu de modo sangrento” (COLOMBO, 2021, p. 32). Os eleitores que votaram pela manutenção da Constituição vigente são representados na narrativa jornalística por Miguel, um “jovem” (COLOMBO, 2021, p. 62), “nascido depois do fim da ditadura” (COLOMBO, 2021, p. 62) e que “vivia em um povoado nos Andes” (COLOMBO, 2021, p. 62).

Miguel não tinha nada de muito diferente nem era de uma geração diversa da de muitos outros jovens chilenos que, nas grandes cidades, viam na reescrita da Constituição, ao contrário, a possibilidade de inclusão de várias agendas necessárias ao país, como a defesa da diversidade, da soberania mapuche e da igualdade de oportunidades (COLOMBO, 2021, p. 62-63).

Por outro lado, os manifestantes chilenos que protestaram contra o governo são representados, em *O ano da cólera*, por “um adolescente de 16 anos [que] havia sido empurrado por um *carabiniro*, caindo no leito do rio [Mapocho] de uma altura de 7,5 metros” (COLOMBO, 2021, p. 63), episódio que gerou “inscrições raivosas, contestando a versão dos *carabineros*: ‘Ele não caiu, foi jogado’” (COLOMBO, 2021, p. 63-64). Em determinado momento, Colombo (2021, p. 38) observa que “as manifestações recentes no Chile evocam, entre outros símbolos, a imagem de Allende”. Salvador Allende, “o presidente socialista democraticamente eleito” (COLOMBO, 2021, p. 30), cujos opositores usavam em seus discursos “o que hoje



chamamos de fake news” (COLOMBO, 2021, p. 30) e que foi alvo do “golpe militar [de] 11 de setembro de 1973” (COLOMBO, 2021, p. 32).

Nos dias de hoje, Allende é ainda símbolo de uma combatividade pacífica, da ideia de se buscar saídas por meio institucional; mas também de alguém que, ao ver a democracia do Chile em perigo, não se negou a empunhar uma arma para defendê-la, morrendo por ela (COLOMBO, 2021, p. 39).

O ex-presidente Salvador Allende é um dos personagens da narrativa jornalística, figura associada aos que protestaram contra o governo, assim como também o é, mesmo que em menor escala, a ex-presidente “de centro-esquerda Michelle Bachelet” (COLOMBO, 2021, p. 41). Para Colombo (2021, p. 52), “no tempo em que foi mandatária do país, [Bachelet] mostrou mais sensibilidade para escutar as ruas e fez algumas tentativas para abrandar o impacto dos efeitos negativos do ‘modelo’”. O modelo, de acordo com Colombo (2021, p. 42), é o chileno, “modo como o Estado foi desenhado pela Constituição de Pinochet”.

Na Bolívia, os personagens identificados na narrativa jornalística podem ser classificados como eleitores e aliados de Evo Morales ou seus opositores, sendo o próprio ex-presidente a figura mais destacada da história, “um candidato controverso [que] ia disputar um polêmico quarto mandato à revelia das regras da Constituição que ele mesmo havia promulgado” (COLOMBO, 2021, p. 69). Para Colombo (2021, p. 70-71), Evo “se sentia uma espécie de imperador do país” e “governou realizando esses atos de propaganda, um pouco como o norte-americano Donald Trump”. O período de governo de Evo teve como “principal trunfo [...] a diminuição da pobreza no país”, de acordo com Colombo (2021, p. 75).

Destaca-se, neste momento, que Colombo (2021, p. 75) justifica o desempenho do governo Morales, bem como o de outros governos latino-americanos no período, dizendo que “estes [...] puderam elevar os gastos públicos devido ao chamado ‘boom das commodities’ e, com isso, implementar políticas de assistência social e realizar investimentos em educação e em saúde”. O “boom das commodities” se dá, de acordo com Colombo (2021, p. 14), “pela expansão da economia chinesa”. Calderón e Castells (2021, p. 33) afirmam, entretanto, que foi o surgimento de novos líderes políticos que reposicionou a

América Latina na geopolítica mundial e aproximou a região da China, por exemplo, tornando possível o chamado “boom das commodities”, aspecto que não é abordado pela autora e compromete o entendimento deste período.

Em relação aos personagens da narrativa jornalística, entre os eleitores de Evo, destaca-se Doña Uruchi, uma senhora do povoado de Achacachi que, Colombo (2021, p. 76-77) afirma, a fez “ver que [...] as políticas distribucionistas de Morales vinham funcionando para amenizar a pobreza”. Após a renúncia e exílio de Evo, surge na narrativa, ainda, Luis Arce, “o candidato preferido de Morales” (COLOMBO, 2021, p. 93). O atual presidente boliviano é retratado como “calmo, afeito ao diálogo e conciliador, mas ao mesmo tempo firme em suas convicções de esquerda” (COLOMBO, 2021, p. 93). Ele “havia sido ministro da economia de 2006 a 2017”, destaca Colombo (2021, p. 93), “é um socialista convicto” (COLOMBO, 2021, p. 93) e “ênfaticou que tem diferenças em relação a Morales” (COLOMBO, 2021, p. 96).

Os opositores de Morales são representados na narrativa por Carlos Mesa, adversário eleitoral de Evo em 2019 e de Arce em 2020, e por Jeanine Áñez, que tornou-se presidente interina “de maneira ilegítima” após a renúncia do ex-presidente (COLOMBO, 2021, p. 83). Mesa é descrito como um “político de centro-esquerda que pertence à classe média alta de La Paz” (COLOMBO, 2021, p. 92), um ex-presidente que “não resistiu muito no cargo e acabou renunciando vinte meses depois [em junho de 2005]” (COLOMBO, 2021, p. 93). Já a ex-senadora Áñez é, na narrativa, a representante de um “curto e ilegítimo período de governo” (COLOMBO, 2021, p. 87) que impôs repressão militar responsável por dezenas de mortes (COLOMBO, 2021, p. 84), presidente de uma gestão “desastrosa” (COLOMBO, 2021, p. 95) e que mostrou “total desrespeito à pluralidade religiosa e cultural do país” (COLOMBO, 2021, p. 84).

Os representantes do chavismo e os representantes da oposição são os personagens identificados na narrativa jornalística sobre a Venezuela. Pelo lado governista, Hugo Chávez, aquele que dá nome ao movimento, é, ao lado do atual presidente venezuelano Nicolás Maduro, o principal ator. Chávez é o líder de um regime sob o qual, “em 2012, mesmo [...] já assumindo cores autoritárias, a cifra de pobres tinha baixado para 27,8%” (COLOMBO, 2021, p. 102). “Quando Chávez assumiu a Presidência em 2 de fevereiro de 1999, a Venezuela vivia um período de

tensão social, crise econômica e instabilidade política [e] a pobreza atingia 49,4% da população” (COLOMBO, 2021, p. 102). O ex-presidente é referenciado, ainda, das seguintes maneiras: militar que “tentou dar um golpe de Estado, em 1992” (COLOMBO, 2021, p. 104), mas “fracassou e acabou sendo preso” (COLOMBO, 2021, p. 105); “um líder moreno, popular e patriota” (COLOMBO, 2021, p. 105) que, mesmo “derrotado, mas por defender ideais compartilhados por muita gente, [...] acabou ganhando milhares de seguidores” (COLOMBO, 2021, p. 105); um presidente que, “depois da tentativa de golpe contra ele, em 2002, [...] talvez movido pela paranoia” (COLOMBO, 2021, p. 108), “foi de líder legítimo e democrático a ditador que queria eternizar-se no poder” (COLOMBO, 2021, p. 107). Este comportamento, aliás, remete à “corrupção organizada a partir do Estado [...] para viabilizar a permanência no poder através de manobras paralegais que beneficiem o partido dominante” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 296) para a qual os autores apontam, em *A nova América Latina*, a existência na região, o que valida a construção do personagem feita por Sylvia Colombo.

Chávez teve a morte anunciada em 5 de março de 2013, não antes de designar Nicolás Maduro, “então seu vice-presidente, para concluir seu período constitucional” (COLOMBO, 2021, p. 114). Em relação a Maduro, as referências feitas na narrativa jornalística são as seguintes: um presidente cujo “a falta de legitimidade, porém, fez com que se acentuassem, nele, características negativas, mas que reforçavam a ideia de um líder pulso forte, que tentava resgatar a imagem e a mística do chavismo” (COLOMBO, 2021, p. 116) e que “passou a usar as vestimentas que usava Chávez” (COLOMBO, 2021, p. 116); o responsável por uma “má administração da economia” (COLOMBO, 2021, p. 121), que radicalizou seu governo, tendo erigido nas forças de segurança sua base (COLOMBO, 2021, p. 122) e que provavelmente deve manter-se “por mais tempo no poder” (COLOMBO, 2021, p. 137).

A oposição venezuelana, por outro lado, tem em Juan Guaidó seu ator principal na narrativa, deputado, presidente da Assembleia Nacional, que “se apresentou publicamente e, evocando a Constituição” (COLOMBO, 2021, p. 127), declarou-se “o presidente ‘encarregado’” (COLOMBO, 2021, p. 128). Guaidó é um político que “diferentemente de outros líderes opositores [...] apresentou sua

proposta baseando-se em artigos da Constituição, e obteve o apoio de mais de cinquenta países” (COLOMBO, 2021, p. 127); um jovem carismático “que logo caiu na simpatia popular” (COLOMBO, 2021, p. 130), mas que viu seus apoiadores “desacreditados [dele]” (COLOMBO, 2021, p. 133) e “bastante desesperançados quando 2020 começou” (COLOMBO, 2021, p. 133).

Além de Juan Guaidó, a narrativa destaca, ainda, Henrique Capriles e Leopoldo López: o primeiro era “o opositor mais promissor para enfrentar Hugo Chávez nas urnas [em 2012]” (COLOMBO, 2021, p. 113), “um político de pé no chão” (COLOMBO, 2021, p. 113), mas que, derrotado, tanto em 2012 quanto em 2013, desta vez por Nicolás Maduro, “ficou marcado como um sujeito medroso” (COLOMBO, 2021, p. 115) por não contestar o que teria sido “uma vitória ilegítima do chavismo” (COLOMBO, 2021, p. 115); o segundo, López, era, naquele momento, “outro jovem líder opositor com ambições presidenciais” (COLOMBO, 2021, p. 115), político que adotou “uma linguagem mais enfática e menos conciliadora” (COLOMBO, 2021, p. 123), posicionado “mais à direita do espectro político do que Capriles” (COLOMBO, 2021, p. 123), mas que atualmente “se encontra autoexilado na Espanha” (COLOMBO, 2021, p. 115). “No momento em que escrevo essas linhas, López é o principal líder da oposição venezuelana” (COLOMBO, 2021, p. 124).

Os personagens da narrativa argentina se encontram posicionados em ambos os lados da *grieta*, ou rachadura, de acordo com Colombo (2021, p. 145). De um lado, Mauricio Macri, seus partidários e eleitores, de outro, os representantes do peronismo e sua vertente mais popular, o kirchnerismo. Macri, no contexto da eleição presidencial, é “o mandatário de centro-direita [que] buscaria a reeleição” (COLOMBO, 2021, p. 139). O ex-presidente é um político que, em 2015, “havia personificado a esperança de uma renovação após um período longo de governo peronista” (COLOMBO, 2021, p. 140), mas que em 2018 já era alvo de “desilusão [...] enorme” (COLOMBO, 2021, p. 140), líder de um governo que “fracassou” (COLOMBO, 2021, p. 145). Em *O ano da cólera*, a narrativa jornalística destaca ainda que “Macri é filho de um dos principais empresários argentinos” (COLOMBO, 2021, p. 157) e que, após ser sequestrado em 1991, ele decidiu “tomar um caminho diferente daquele que o pai havia desenhado para ele” (COLOMBO, 2021, p. 158),

tornando-se presidente do clube de futebol Boca Juniors para depois lançar-se “na política propriamente dita” (COLOMBO, 2021, p. 158). Em menor medida, a pensar também nos próximos acontecimentos da política argentina, aparece na narrativa Larreta, “do partido de Mauricio Macri” (COLOMBO, 2021, p. 194), político “com pretensões de ser candidato a presidente em 2023” (COLOMBO, 2021, p. 195) e que prefere “posar [...] de conciliador” (COLOMBO, 2021, p. 195).

No lado peronista da *grieta*, Sylvia Colombo destaca alguns atores, a começar pelo criador do movimento, Juan Domingo Perón. O “general Juan Domingo Perón” (COLOMBO, 2021, p. 149) é referenciado na narrativa jornalística como detentor de discurso que insinuava “uma proximidade maior com a população” (COLOMBO, 2021, p. 149), posto que “o discurso militar desta época era elitista” (COLOMBO, 2021, p. 149), e de um “imenso carisma com [o qual] conquistou a população” (COLOMBO, 2021, p. 149). Ele era, de acordo com Colombo (2021, p. 151), um “líder populista e mão de ferro, anti-imperialista de inspiração fascista”. Há, ainda, deste lado da narrativa, Cristina Kirchner e Alberto Fernández. A ex-presidente de dois mandatos é a representante de um movimento, o kirchnerismo, que prega “preocupação com a justiça social” (COLOMBO, 2021, p. 141) e “defesa da memória e da reparação histórica às vítimas da mais recente ditadura militar” (COLOMBO, 2021, p. 141), mas que “passou a se ver constantemente denunciado pela imprensa local por escândalos de corrupção” (COLOMBO, 2021, p. 143). Além do período na presidência, Cristina foi também senadora, é a atual vice-presidente do país e “possui habilidade política como poucos na região” (COLOMBO, 2021, p. 174), apesar de ser apontada como uma “figura divisionista” (COLOMBO, 2021, p. 203) e “demasiado beligerante com o jornalismo” (COLOMBO, 2021, p. 186). Por fim, o atual presidente, Fernández, é descrito como alguém que “tinha se afastado dos Kirchner após ter sido chefe de gabinete de Néstor e, depois, de Cristina” (COLOMBO, 2021, p. 172), mas que por apresentar “perfil moderado e contemporizador, parecia o mais indicado para acalmar as divergências entre os peronistas” (COLOMBO, 2021, p. 175), um “peronista liberal de esquerda, em suas próprias palavras” (COLOMBO, 2021, p. 186).

Por último, no Uruguai, a narrativa jornalística descreve uma transição pacífica de poder da Frente Ampla, “partido político de centro-esquerda derrotado” (COLOMBO, 2021, p. 205), para o atual presidente do país, Luis Lacalle Pou. Os representantes da Frente Ampla na narrativa são os ex-presidentes Tabaré Vázquez e José Mujica. O primeiro, Tabaré, é “o homem que encarnou esse sonho dos integrantes da Frente Ampla” (COLOMBO, 2021, p. 215), o de “transformar o país segundo os moldes de projetos socialistas ou focados na justiça social” (COLOMBO, 2021, p. 215), tendo sido eleito em 2004; ele “tinha origem humilde” (COLOMBO, 2021, p. 216), “católico, [...] tinha como princípio pessoal ser contra o aborto” (COLOMBO, 2021, p. 221) e no “respeito às instituições [...] uma marca muito forte” (COLOMBO, 2021, p. 221). Tabaré Vázquez “morreu em 6 de dezembro de 2020, vítima de complicações de um câncer no pulmão” (COLOMBO, 2021, p. 205). “Os uruguaios têm imenso carinho por ele” (COLOMBO, 2021, p. 217). O segundo, Mujica, é um “ex-tupamaro de convicções muito fortes” (COLOMBO, 2021, p. 218). Os tupamaros, de acordo com Colombo (2021, p. 213), eram um grupo de “homens e mulheres jovens que [em meados dos anos 1960] realizavam ações, atentados e roubos a bancos, protagonizando, ainda, fugas cinematográficas de prisões [e que] sofreram enorme repressão”. Mujica “jamais defendeu a queda da anistia” (COLOMBO, 2021, p. 218), já que “ele e seus companheiros realizaram atentados e delitos ainda em tempos de democracia, e depois durante a ditadura” (COLOMBO, 2021, p. 218), e “passou mais de 13 anos preso por sua atuação na guerrilha armada” (COLOMBO, 2021, p. 219). “Antes de ser presidente, [Mujica] foi deputado, senador e ministro” (COLOMBO, 2021, p. 220), “construiu uma imagem que lhe renderia excelente projeção internacional, ao fazer questão de se apresentar como um político sóbrio, que doava 70% de seu salário a projetos político-sociais nos quais acreditava” (COLOMBO, 2021, p. 220) e “preferia viver não na residência presidencial, mas em seu modesto sítio particular” (COLOMBO, 2021, p. 220).

Lacalle Pou, por sua vez, é um “político de centro-direita do Partido Nacional” (COLOMBO, 2021, p. 205) que “nasceu em uma família endinheirada, e é de uma linhagem de políticos que sempre estiveram vinculados ao partido” (COLOMBO, 2021, p. 225). O atual presidente uruguaio é descrito, na narrativa, como “menos belicoso [do que na primeira eleição que disputou], mais respeitoso” (COLOMBO,

2021, p. 226), tendo sido eleito em 2019 e, junto a Tabaré, dado “uma lição de institucionalidade [...] a uma região que hoje se vê tão polarizada” (COLOMBO, 2021, p. 205). De acordo com Colombo (2021, p. 227), ele representa um governo com uma “boa administração da pandemia”.

A autora busca, ainda, na história uruguaia, um último personagem, José Battle y Ordóñez, para explicar a excepcionalidade do país na América Latina. Segundo Colombo (2021, p. 207), Battle y Ordóñez é “o responsável pela fundação das bases do Uruguai moderno”. O ex-presidente é descrito como integrante, à época, de “um dos partidos mais tradicionais do [país], o Colorado” (COLOMBO, 2021, p. 207), e como aquele que “determinou a separação entre o Estado e a Igreja” (COLOMBO, 2021, p. 208).

Ao final deste movimento da análise pragmática da narrativa jornalística, destaca-se, ainda, que Sylvia Colombo também é personagem de *O ano da cólera*. No Chile, ela está no país para acompanhar o plebiscito nacional de 2020: “Foi assim que vi a capital chilena quando nela desembarquei em 22 de outubro de 2020, apenas três dias antes da votação que havia sido convocada pelo presidente Sebastián Piñera” (COLOMBO, 2021, p. 29). Na Bolívia, às vésperas da eleição presidencial, a jornalista entrevista o então presidente Evo Morales:

Indaguei Morales sobre isso. E ele me respondeu: “Viajar todo dia em avião privado não é um luxo, o avião é um instrumento para que eu esteja mais perto do povo. Governar, para os tecnocratas, é ficar no gabinete o dia inteiro. Para mim, não, é ficar perto do povo (COLOMBO, 2021, p. 71).

Na Venezuela, Colombo (2021, p. 128-129) conversa com Juan Guaidó e aponta que teve “de jurar que não publicaria nada que pudesse revelar aquela localização”. Na Argentina, a jornalista está, literalmente, em casa. Ela é correspondente internacional do jornal *Folha de S.Paulo* para a América Latina e, de Buenos Aires, cidade na qual está baseada, acompanha e escreve sobre os eventos latino-americanos. Na narrativa jornalística sobre a Argentina, mesmo que de forma mais sutil, ela está presente: “Foi comovedor ver o movimento [a luta pelo direito ao aborto] ampliar-se no país, especialmente entre mulheres jovens” (COLOMBO, 2021, p. 173). No Uruguai, por fim, a jornalista acompanha a posse de Tabaré

Vázquez em 2005: “Poucas vezes presenciei algo parecido em minhas viagens para observar eventos políticos na América Latina” (COLOMBO, 2021, p. 215).

Mujica também me contou, em uma entrevista em seu sítio perto de Montevidéu, que, para ele, buscar justiça pelos crimes da ditadura era como alimentar um sentimento vingativo com o qual, pessoalmente, ele não queria conviver mais - porque sua vida ficaria carregada de vingança e de remorso, coisas que o impediriam de continuar sua luta política e de reconstruir seus afetos (COLOMBO, 2021, p. 219).

O quarto movimento da análise pragmática da narrativa jornalística observa as estratégias comunicativas empregadas pelo autor com a finalidade de que aquilo que fora escrito seja interpretado como verdade ou cause algum tipo de comoção. É importante destacar, neste momento, que, diferentemente do que faz o jornalismo diário, aquele que é praticado nas redações, ao ocultar a presença do autor na narrativa para implicar os efeitos de real, em *O ano da cólera* Sylvia Colombo não esconde sua presença como mediadora do ato comunicativo que é realizado com o leitor.

Durante uma visita que realizei ao bairro [La Teja] nas vésperas das eleições de 2014, quando Tabaré candidatou-se à Presidência pela segunda vez, os moradores afirmavam que, apesar da fama, ele ainda visitava a região, onde viviam alguns membros de sua família e amigos de infância (COLOMBO, 2021, p. 216).

O relato em primeira pessoa, entretanto, não é a regra, acontece de forma esporádica, afinal, apesar de ter sido identificada como personagem da narrativa, Sylvia Colombo não é protagonista dos eventos do livro. A constatação, ainda assim, não impede que a autora busque o uso de recursos que deem credibilidade às palavras por ela escritas. Ela utiliza-os. Observamos, primeiramente, então, as “estratégias de objetivação”, aquelas que atuam na “construção dos efeitos de real” (MOTTA, 2005, p. 9).

Motta (2005, p. 9) sugere que uma das estratégias utilizadas pelo jornalismo para causar os efeitos de real é ancorar “seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro”. Isso é fato quando se trata do jornalismo diário, aquele que é praticado nas redações. Na narrativa jornalística que é objeto deste



estudo, entretanto, apesar de ter sido publicado o livro em 2021, a autora ancora o relato nos eventos latino-americanos do ano da cólera, 2019, e do ano da peste, 2020, e a partir daí retoma fatos históricos para explicá-los ou avançar sobre os seus desdobramentos. A primeira frase de *O ano da cólera*, por exemplo, evidencia o exato momento em que tem início a narrativa latino-americana: “Na noite de sexta-feira, do dia 18 de outubro de 2019, sentei-me à mesa de um restaurante em La Paz acompanhada de um grupo de amigos, todos correspondentes internacionais de diferentes veículos estrangeiros” (COLOMBO, 2019, p. 7). No capítulo sobre o Chile, a jornalista desembarca no país “apenas três dias antes da votação que havia sido convocada pelo presidente Sebastián Piñera para acalmar os ânimos de incansáveis manifestantes” (COLOMBO, 2021, p. 29), o plebiscito nacional realizado em 25 de outubro de 2020. A narrativa uruguaia tem início “em plena turbulência do ano de 2019 [na América Latina, quando] o Uruguai teve uma eleição presidencial tranquila” (COLOMBO, 2021, p. 205).

O fato é que, em todas as narrativas construídas no livro, a autora ancora o relato nos conflitos identificados no segundo movimento da análise pragmática da narrativa jornalística, todos situados entre 2019 e 2020, e dali desenvolve a história, seja avançando sobre seus desdobramentos ou retomando fatos históricos para explicá-los. “Porém, antes de falar dos conflitos de 2019 e do difícil ano de 2020, é preciso lembrar que, sob a gestão de Evo Morales (2006-2019), a Bolívia havia se transformado” (COLOMBO, 2021, p. 74). “Mas, para entender por que o governo de Mauricio Macri fracassou [derrotado nas urnas em 2019], é preciso voltar um pouco na história argentina” (COLOMBO, 2021, p. 145). A estratégia adotada pela autora, mesmo que não seja a narrativa ancorada no dia, no mês ou no ano em que leitor folheia *O ano da cólera*, sempre vai oferecê-lo “um lugar empírico desde onde se pode observar o mundo” (MOTTA, 2005, p. 9), os eventos de 2019 e 2020, cumprindo, portanto, sua função no que diz respeito a causar os efeitos de real.

Outro recurso utilizado pela autora, cujo objetivo é o mesmo que tem a estratégia citada nos parágrafos anteriores, dar ao texto credibilidade, é o uso de citações. As citações são usadas “para dar a impressão de que são as pessoas reais que falam, que o jornalista não está intervindo” (MOTTA, 2005, p. 10). Na Bolívia: “Você pode colocar em suas matérias apenas aquilo que eu falo nos

discursos' — dizia-me ele [Evo Morales] ao longo do dia" (COLOMBO, 2021, p. 70). Na Venezuela, "Guaidó se apresentou publicamente e, evocando a Constituição, apresentou seu argumento: como a eleição de 2018 havia sido fraudada, não havia presidente, o poder estava vago" (COLOMBO, 2021, p. 127). No Uruguai: "Eu quero ser livre para dedicar-me às coisas que amo, à política. Se for ter muitos carros, muitas casas, muitos empregados, vou perder tempo administrando isso. E tempo é uma coisa que não volta', disse-me [Mujica]" (COLOMBO, 2021, p. 220). As citações, diretas e indiretas, como comprovam os exemplos, estão presentes em *O ano da cólera* a fim de dar credibilidade ao relato da jornalista.

Além de ser causa dos efeitos de real, destaca-se que as citações atuam também na construção dos personagens conforme direção do autor, afinal, na narrativa jornalística "o jornalista pinça da fala da fonte aspectos que pretende ressaltar dando outra dimensão ao discurso" (MOTTA, 2005, p. 10), o que é percebido em *O ano da cólera*. A fala de Evo Morales durante entrevista com Sylvia Colombo em agosto de 2019, evidenciada na narrativa por escolha da autora e lembrada há pouco neste movimento da análise pragmática, age como base para a construção de uma figura que "se sentia uma espécie de imperador do país", segundo Colombo (2021, p. 70).

Para Motta (2005, p. 10), ao identificar locais e personagens na narrativa jornalística, bem como ao datar de forma precisa os acontecimentos, o autor "transmite a ideia de precisão". Em vários trechos já citados neste estudo, assim como em tantos outros, Sylvia Colombo utiliza-se destes recursos para conferir efeitos de real à narrativa de *O ano da cólera*. Após a deposição de Allende por parte do Exército do Chile, "o compositor Víctor Jara [foi] sequestrado no dia seguinte ao do golpe, levado para o Estádio Chile e torturado por três dias" (COLOMBO, 2021, p. 32). Na Venezuela, "com a ajuda de dissidentes do Sebin que vigiavam sua casa dia e noite, López deixou sua residência na madrugada de 30 de abril" (COLOMBO, 2021, p. 124). Na Argentina, no dia 11 de agosto de 2019, quando foram realizadas as primárias no país, "por volta das dezoito horas, quando as urnas se fecharam, era difícil encontrar um lugar para se sentar e escrever um texto" (COLOMBO, 2021, p. 180). Seja a partir da indicação de um local, como o Estádio Chile, de um personagem, como Leopoldo López, ou de uma datação

precisa, como no caso do fechamento das urnas em 11 de agosto de 2019 na Argentina, o fato é que Sylvia Colombo utiliza-se destes recursos em abundância, o que confere enorme credibilidade à narrativa jornalística do livro.

Por fim, a última estratégia analisada nesta etapa do movimento é o uso de estatísticas durante a narração, recurso “cujo objetivo é repassar uma idéia de rigor e veracidade” (MOTTA, 2005, p. 11). Em *O ano da cólera*, as estatísticas estão presentes e cumprem, de fato, seu papel:

Em seu mais recente relatório, de outubro de 2020, o organismo [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] indicava que o Chile, junto ao México e à Colômbia, encontra-se nos últimos lugares no que diz respeito a indicadores de bem-estar, tais como salários, taxas de homicídios e nível educacional. O documento também indica que, no Chile, 20% da população mais rica ganha 10,3 vezes mais do que os 20% menos favorecidos (COLOMBO, 2021, p. 47).

Na Bolívia, o principal feito da gestão de Evo Morales, de acordo com Colombo (2021, p. 75), “foi a diminuição da pobreza no país”. “Esta caiu de 60% para 34% da população, enquanto os índices de extrema pobreza diminuíram de 38% para 15%” (COLOMBO, 2021, p. 75). Logo após declarar-se presidente na Venezuela, no início de 2019, “Guaidó tinha 60% da aprovação dos venezuelanos, [mas] em meados de 2020 essa cifra caiu para 25%, segundo levantamento do Datanálisis, o principal instituto de pesquisa do país” (COLOMBO, 2021, p. 130). Em maio de 2020, no que diz respeito às mortes por Covid-19, quando “a Argentina tinha 7,9 mortos por milhão de habitantes, o Brasil já registrava 70,7” (COLOMBO, 2021, p. 197). Tabaré Vázquez, ex-presidente uruguaio, deixou seu primeiro mandato “com uma popularidade de 80%, segundo o instituto Factum” (COLOMBO, 2021, p. 217).

O segundo passo deste movimento prevê a identificação das “estratégias de subjetivação”, aquelas que atuam na “construção de efeitos poéticos” (MOTTA, 2005, p. 11). De acordo com Motta (2005, p. 11), existe “uma infinidade de recursos e de figuras utilizadas na linguagem jornalística que remetem o leitor à interpretações subjetivas”, dentre os quais vamos observar alguns deles. Um dos recursos apontados por Motta (2005, p. 12), cujo objetivo é causar algum tipo de

comoção, é o “uso de substantivos estigmatizados”. Na Venezuela, Nicolás Maduro é um “ditador” (COLOMBO, 2021, p. 19), assim como também o é Daniel Ortega, atual presidente da Nicarágua (COLOMBO, 2021, p. 23), que aparece na narrativa como exemplo de país latino-americano que enfrenta “uma situação particularmente difícil, agravada de maneira aguda pela pandemia” (COLOMBO, 2021, p. 23). Na Colômbia, país que aparece na narrativa latino-americana porque “também viveu dias de tensão nas ruas” (COLOMBO, 2021, p. 17), são “guerrilheiros” os integrantes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, as Farc (COLOMBO, 2021, p. 17), assim como também eram os tupamaros, grupo do qual fez parte o ex-presidente uruguaio José Mujica (COLOMBO, 2021, p. 213). Evo Morales, por fim, foi o líder de um dos “governos populistas” (COLOMBO, 2021, p. 15), sendo outros exemplos o Brasil de Jair Bolsonaro e o México de André Manuel López Obrador (COLOMBO, 2021, p. 247). Há, na construção da narrativa, de forma inegável, escolhas que ajudam a direcionar o leitor, como no caso de Morales, que, segundo Colombo (2021, p. 71), “passou a se sentir maior que o seu país”.

A citação anterior, aliás, aquela que diz que Evo Morales se sentia maior que a Bolívia, nos leva ao campo das comparações, outro recurso apontado por Motta (2005, p. 12) como estratégia de subjetivação e que também está presente em *O ano da cólera*. “Morales, portanto, governou realizando esses atos de propaganda, um pouco como o norte-americano Donald Trump” (COLOMBO, 2021, p. 71). No Uruguai, “o atual presidente [Lacalle Pou] tem origem diferente das de Tabaré e Mujica” (COLOMBO, 2021, p. 225).

Por último, ainda no quarto movimento, Motta (2005, p. 13) sugere a observação do uso de advérbios. No Chile, “ainda” tenta-se superar as marcas do governo militar (COLOMBO, 2021, p. 30). Miguel, o representante na narrativa chilena daqueles que defendiam a manutenção da Constituição promulgada por Augusto Pinochet, nasceu “depois” que o governo militar havia terminado (COLOMBO, 2021, p. 62). Na Venezuela, em 2013, Maduro venceu a eleição presidencial por diferença “muito pequena” (COLOMBO, 2021, p. 114), sendo muito um advérbio de intensidade. Nos dois primeiros exemplos, os advérbios são de tempo, também usados pela autora para situar na narrativa, conforme suas intenções, o leitor.

Apesar de todas as estratégias utilizadas pelo autor na construção da narrativa jornalística, entretanto, “é o leitor ou o ouvinte, no ato de recepção das notícias, que conclui a obra” (MOTTA, 2005, p. 9). Trata-se, segundo Motta (2005, p. 9), de “um permanente jogo entre as intenções do jornalista e as interpretações do receptor”. Esse entendimento nos leva ao quinto movimento da análise pragmática da narrativa jornalística, a observação da “relação comunicativa” estabelecida entre o autor e o leitor (MOTTA, 2005, p. 12).

Sylvia Colombo escreve, conforme identificamos anteriormente, no capítulo que detalha a metodologia utilizada neste estudo, para os brasileiros que buscam compreender os acontecimentos do ano da cólera, 2019, na América Latina. A constatação surge quando Colombo (2021, p. 254) afirma, na última frase do livro, que “falta [...] conhecimento do que se passa além das fronteiras de cada um dos países da região”. Esta é uma advertência aos brasileiros e, justamente por isso, a jornalista narra os eventos a fim de ajudá-los a compreendê-los. Neste movimento da análise pragmática da narrativa jornalística observa-se, então, a “situação espaço-temporal” em que ocorre o ato comunicativo (MOTTA, 2005, p. 13), o que, no caso de *O ano da cólera*, é realizado entre Sylvia Colombo e o leitor brasileiro.

Motta (2005, p. 13) destaca que o “contexto físico” do ato comunicativo deve ser observado, o que no caso da narrativa jornalística em questão se trata de um livro. O formato indica que a autora busca dar maior profundidade ao relato, o que nas páginas de um jornal diário não seria possível, não na mesma medida em que as 256 páginas do livro lhe permitem, ao menos.

*O ano da cólera* foi publicado em abril de 2021 pela editora Rocco, momento em que a pandemia de Covid-19 era enfrentada não somente pelos outros países da América Latina, mas também pelo Brasil. O país, aliás, era o segundo que pior enfrentava a situação na região naquele momento, registrando 1.890,38 mortes por Covid-19 a cada milhão de habitantes em 30 de abril de 2021, de acordo com a publicação *Our World in Data* (2022), atrás apenas do Peru. O ano também marcou o terceiro sob o comando do presidente Jair Bolsonaro, eleito em 2018 mediante forte polarização do eleitorado brasileiro, o que se mantinha ainda naquele momento. Sobre a eleição de Bolsonaro, Calderón e Castells (2021, p. 305) afirmam que “consumava-se assim a crise política do maior país da América Latina”. Em

setembro de 2021, apenas cinco meses após a publicação do livro, o presidente, frente ao aumento da desaprovação dos brasileiros ao seu governo, intensificou os ataques à democracia e estimulou manifestações com pautas inconstitucionais. O “contexto ocasional”, para o qual Motta (2005, p. 13) também aponta a necessidade de observação, indica que os brasileiros enfrentavam, no momento da publicação do livro, situações semelhantes às dos países retratados na narrativa, o que torna indispensável a compreensão dos eventos de *O ano da cólera* para este grupo específico e aumenta indiscutivelmente o interesse da leitura.

Por fim, quanto aos contextos históricos e culturais (MOTTA, 2005, p. 13), destaca-se que o Brasil é o único país da América Latina a ser colonizado pelo Império Português, quando a quase totalidade dos demais países da região foi colonizada pelos espanhóis. As diferenças culturais são enormes, a começar pelo idioma, o que de certa forma explica a falta de integração entre os brasileiros e o restante dos povos latino-americanos, mas não a justifica. Colombo (2021, p. 254) alerta para esta falta de integração e, em *O ano da cólera*, tenta subvertê-la ao aproximar os leitores brasileiros do que acontece na América Latina.

O sexto e último movimento da análise pragmática da narrativa jornalística observa, enfim, a moralidade da história. De acordo com Motta (2005, p. 15), há “grandes metanarrativas culturais que o jornalismo nos conta e reconta diariamente”, algumas delas identificadas em *O ano da cólera*. No capítulo sobre o Chile, os chilenos acabam por encerrar “o último resquício da ditadura” (COLOMBO, 2021, p. 29). Durante a narrativa jornalística, Colombo (2021, p. 46-47) aponta inúmeros motivos que comprovam o quão prejudicial foi para a população o período em que governou o ex-general Augusto Pinochet, inclusive o fato de que o desemprego aumentou de 4,9%, em 1973, para 18%, em 1975, apenas dois anos após a tomada de poder pelos militares. Pesquisa Datafolha (2020) indica que, em junho de 2020, 75% dos brasileiros concordavam que “democracia é sempre melhor do que qualquer forma de governo”, o índice mais alto desde que o levantamento passou a ser feito, em 1989. Naquele momento, menos de um ano antes da publicação de *O ano da cólera*, apenas 10% entendia que “em certas circunstâncias é melhor uma ditadura do que um regime democrático” (DATAFOLHA, 2020), o que mostra que a narrativa do livro atua, sim, para reforçar o que é tido como um cânone cultural da

nossa época, aquele que diz que períodos ditatoriais são economicamente e socialmente prejudiciais.

No segundo capítulo do livro, na narrativa sobre a Bolívia, Sylvia Colombo descreve uma eleição presidencial que teve resultado contestado por parte do povo boliviano. Na Venezuela, há uma força política que governa desde 1999, mesmo sob alegações de fraudes por parte da oposição (COLOMBO, 2021, p. 114-115). Em *A nova América Latina*, Calderón e Castells (2021, p. 56) indicam que a “falta de confiança nas instituições” ultrapassava os 80%, em 2017, no que dizia respeito aos partidos políticos, e era maior do que 70% em relação aos governos na região. Na América Latina, os venezuelanos eram os que tinham maior “percepção da corrupção” em 2017 (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 298). A narrativa jornalística de *O ano da cólera* atua, também, para reforçar este preceito, a desconfiança nos governos e nas instituições dos referidos países. Evo Morales concorreu em 2019, de acordo com Colombo (2021, p. 73), usando-se de “uma trapaça, valendo-se de uma via que tinha apenas a aparência de ser institucionalmente correta”.

Começaram a surgir denúncias, porém, de que a Venezuela estava se transformando num narcoestado. Além de estar lucrando com as rotas de tráfico de cocaína, ela passou a abrigar de cartéis colombianos ou mexicanos a cartéis estrangeiros. No pacote do contrabando também passaram a sair do país ouro e outras riquezas minerais, por meio da exploração e comercialização ilegais (COLOMBO, 2021, p. 117).

Por fim, já identificado nesta análise pragmática da narrativa jornalística, o conflito geral de *O ano da cólera*, que une todas as narrativas tratadas em suas especificidades no livro e que guia o relato jornalístico, também reforça uma última daquelas “grandes metanarrativas culturais que o jornalismo nos conta e reconta diariamente” (MOTTA, 2005, p. 15). Trata-se da insatisfação das populações latino-americanas contra algum aspecto institucional de seus países, seja o governo, a Constituição ou o resultado de uma eleição presidencial, manifestada através dos protestos registrados no ano da cólera, 2019. A crise institucional, afinal, é um dos fatores que configuram a região atualmente, já que “os conflitos institucionais ocupam o segundo lugar em termos numéricos na América Latina, com 38% do

total” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 237). *O ano da cólera*, escrito por Sylvia Colombo, tem como história a crise institucional da América Latina.

Feita a análise pragmática da narrativa jornalística, resta ainda posicionar o livro entre os conceitos de livro-reportagem e “livro de repórter” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019). Afirma-se, no início da discussão, que *O ano da cólera* é, sim, um livro-reportagem, pois, além de tratar jornalisticamente eventos reais, oferece também “informação ampliada sobre os fatos” (LIMA, 2009, p. 1). Em 256 páginas, o livro descreve, com maior amplitude e profundidade em relação aos jornais diários, os episódios já muito explorados neste estudo, as tensões políticas e sociais experimentadas pelos países latino-americanos nos últimos anos, em especial durante o ano da cólera, 2019. Para Belo (2006, p. 49), é o prazo um dos fatores determinantes para que o livro-reportagem atue dessa maneira, já que este é maior do que o aplicado nas redações dos jornais diários. Colombo (2021, p. 9) afirma que a declaração de estado de emergência no Chile por parte do ex-presidente Sebastián Piñera em 18 de outubro de 2019 a levou a se perguntar “sobre os motivos de estar ocorrendo uma revolta atrás da outra na América Latina”. O livro, publicado em abril de 2021, descreve eventos latino-americanos de 2019, entre eles as manifestações chilenas de outubro, ocorridas um ano e meio antes da publicação.

Em relação aos jornais periódicos, *O ano da cólera* destaca-se também por ser aperiódico, outra característica de um livro-reportagem, já que não há sequer previsão indicada para o lançamento de uma eventual segunda publicação que dê continuidade à narrativa do livro. Há, ainda, outros aspectos que confirmam ser *O ano da cólera* um livro-reportagem, como a observação participante de Colombo e a constante retomada de fatos históricos que, juntos, permitem à autora dar maior profundidade ao relato. “Começo explicando, então, como ‘a Venezuela virou a Venezuela’ — com o perdão do trocadilho — pela chegada de Hugo Chávez (1954-2013) ao poder” (COLOMBO, 2021, p. 102).

Em uma madrugada ventosa e fria, estávamos eu e um pequeno grupo de pessoas na base aérea de El Alto, na Bolívia. Nos preparávamos para acompanhar o então presidente Evo Morales naquele dia de agosto de



2019, dois meses antes das eleições presidenciais (COLOMBO, 2021, p. 69).

Quanto à categorização do livro dentre os tipos de livros-reportagem, amparado por Lima (2009, p. 59), que foi quem identificou e descreveu as categorias e diz que “é possível que títulos se enquadrem simultaneamente em mais de uma classificação”, afirma-se que *O ano da cólera* é um livro-reportagem-retrato, um livro-reportagem-instantâneo e também um livro-reportagem-atualidade, além de ter característica marcante de um livro-reportagem-depoimento, ainda que esta seja secundária na narrativa jornalística do livro. Retrato porque descreve uma região geográfica, a América Latina; instantâneo porque apresenta episódios há pouco conclusos, como a eleição boliviana de outubro de 2020, realizada seis meses antes da publicação do livro; atualidade porque debate contexto “cujos desdobramentos finais ainda não são conhecidos” (LIMA, 2009, p. 56), as crescentes tensões políticas e sociais na região. “Em 2023, completam-se cinquenta anos do golpe de Estado que derrubou o governo de Allende. Será que nessa data o Chile por fim poderá reconciliar-se com seu passado, e sua sociedade, consigo mesma?” (COLOMBO, 2021, p. 68). Já no que diz respeito ao livro-reportagem-depoimento, aquele que busca reconstituir “um acontecimento relevante, de acordo com a visão de um participante ou de uma testemunha privilegiada” (LIMA, 2009, p. 52), destaca-se as participações da autora na narrativa jornalística de *O ano da cólera*, estas sempre expressas em depoimento:

Foi assim que vi a capital chilena quando nela desembarquei em 22 de dezembro de 2020, apenas três dias antes da votação que havia sido convocada pelo presidente Sebastián Piñera para acalmar os ânimos de incansáveis manifestantes (COLOMBO, 2021, p. 29).

Dito isso, *O ano da cólera* é, também, um “livro de repórter” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019). As duas características determinantes apontadas pelas autoras, a autoralidade e a crítica das práticas jornalísticas, estão presentes no livro, mesmo que uma delas de forma sutil. Quando Colombo (2021, p. 254) afirma que falta, aos brasileiros, “conhecimento do que se passa além das fronteiras de cada um dos países da região”, esta é uma inequívoca crítica ao modo como o jornalismo

brasileiro retrata diariamente os eventos latino-americanos, ainda que esta não fosse a intenção da autora. Embora não seja de forma incisiva, é a partir desta constatação que ela se propõe a descrever, de forma ampliada e com maior profundidade, os episódios para os quais alerta o desconhecimento dos brasileiros. Para tanto, Colombo subverte os métodos aplicados nas redações, dando espaço para informações antes invisibilizadas, principalmente no contexto histórico: “o Uruguai passou muito tempo sendo ignorado pela Igreja Católica, que privilegiou, durante o período colonial, outras regiões da América Latina mais prósperas do ponto de vista econômico” (COLOMBO, 2021, p. 209). Outra subversão em relação ao jornalismo que é aplicado nas redações é a presença de Colombo no texto, aspecto já bastante explorado neste estudo e que atua, também, para conferir autorialidade à narrativa jornalística: “Guaidó, que acabava de sair de uma reunião, recebeu-me sorridente e falante. Algo de seu discurso, porém, demonstrava que a narrativa preparada era limitada” (COLOMBO, 2021, p. 129).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado o momento, então, de revisitar os objetivos deste estudo e ver se foi possível cumpri-los. O trabalho tinha como propósito geral compreender como eram retratados, em *O ano da cólera*, os eventos políticos experimentados pela América Latina em 2019 e 2020, especialmente no Chile, na Bolívia, na Venezuela, na Argentina e no Uruguai, os países que compunham os cinco grandes eixos narrativos do livro. Para tanto, primeiro teve lugar uma discussão a respeito da atual conjuntura latino-americana a partir do estabelecimento de conexões entre a narrativa jornalística construída por Sylvia Colombo e outras obras e artigos que tratam do tema, como os livros *As Veias abertas da América Latina* (GALEANO, 1979) e *A nova América Latina* (CALDERÓN; CASTELLS, 2021).

Neste ato, é possível perceber que, quando os chilenos renegam a Constituição e o Congresso Nacional em plebiscito realizado em 25 de outubro de 2020, episódio descrito em profundidade por Colombo, o fato atesta a crise institucional como fator determinante da “nova América Latina” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021). “Os conflitos institucionais ocupam o segundo lugar em termos numéricos na América Latina, com 38% do total” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 237). É possível perceber, também, algumas omissões da autora, como no caso da alegação de fraude na eleição presidencial boliviana de 2019 por parte da OEA: na narrativa jornalística, apesar de citar a acusação da OEA, que tem sede em Washington, nos Estados Unidos, Colombo não lembra o histórico de interferências norte-americanas sobre os assuntos políticos na região. A tomada de poder pelos militares no Chile em 11 de setembro de 1973, de acordo com Galeano (1979, p. 293), “foi planejada em Washington”. A não retomada deste padrão de atuação, que no Brasil derrubou “dois presidentes antes que o marechal Castelo Branco, que tomou o poder em 1964, os cedesse [as jazidas de ferro do Paraopeba] a Hanna Mining Co.” (GALEANO, 1979, p. 148), compromete o entendimento integral, ou o mais próximo possível disso, do que viveu a Bolívia no período.

Na narrativa jornalística boliviana, aliás, Colombo (2021, p. 75) aponta que a diminuição da pobreza no país foi o maior legado do governo de Evo Morales, mas credita este feito ao chamado “boom das commodities”, período que, a partir

principalmente do aumento da presença chinesa no mercado latino-americano de matérias primas, criou condições para a elevação dos gastos públicos na região (COLOMBO, 2021, p. 75). De acordo com Colombo (2021, p. 75), outros governos posicionados à esquerda do espectro político também dispuseram dos mesmos fatores para prosperar, os governos da “chamada ‘onda vermelha’” (COLOMBO, 2021, p. 13), mas o que ela esquece de mencionar é que estes são fenômenos complementares, já que foi “a ascensão de novos atores políticos opostos ao controle dos Estados Unidos na região [que] levou a uma nova inserção geopolítica da América Latina no mundo” (CALDERÓN; CASTELLS, 2021, p. 33). A simples menção ao fato seria capaz de oferecer aos leitores o entendimento de que os referidos governos não apenas dispuseram do “boom das commodities” para promover o desenvolvimento em seus países, mas foram determinantes para criá-lo, o que é o julgamento dos sociólogos.

Feito isso, o estudo promoveu a análise pragmática da narrativa jornalística de *O ano da cólera*, cujo objetivo último, após a realização dos seis movimentos do método proposto por Luiz Gonzaga Motta, é observar as escolhas da autora durante a construção da narrativa e perceber como se dá o processo de construção da história. O primeiro dos movimentos, aquele que propõe a reconstrução do acontecimento jornalístico, já havia sido cumprido por Sylvia Colombo, o que indica que o trabalho teve início pelo segundo, a identificação dos conflitos que organizam as narrativas do livro. No Chile, o conflito é o plebiscito nacional realizado em 25 de outubro de 2020, momento em que os chilenos optaram pela escrita de uma nova Constituição; na Bolívia, é a eleição presidencial de 2019, evento que resultou na reeleição e posterior renúncia de Evo; na Venezuela, é o embate entre o chavismo e a oposição, que teve seu auge em 2019, quando o opositor Juan Guaidó se autodeclarou presidente interino do país; na Argentina, também é uma eleição presidencial realizada em 2019, momento em que o kirchnerismo retornou ao poder pelo voto dos argentinos; no Uruguai, outra eleição presidencial realizada em 2019, quando houve transferência pacífica de poder; por fim, como conflito estruturador de uma narrativa maior, que engloba todos os conflitos anteriores, as manifestações do povo latino-americano contra algum aspecto institucional de seus países, seja o governo, a Constituição ou o resultado de uma eleição presidencial, com a exceção

dos uruguaios, que não protestaram no período, sendo trabalhada na narrativa jornalística a sua excepcionalidade.

Dito isso, o estudo observou, no terceiro movimento da análise pragmática, a construção dos personagens da narrativa. Na narrativa chilena, os atores são os que defenderam a escrita de uma nova Constituição ou representaram este grupo, como o ex-presidente Allende, e os que se colocaram contra essa opção, como o ex-presidente Piñera; na boliviana, de um lado Morales e seus apoiadores, de outro a oposição, representada em determinado momento por Añez; na venezuelana, o chavismo e o atual presidente Maduro contra a oposição, liderada a partir de 2019 por Guaidó; na argentina, Macri de um lado da *grieta*, de outro os representantes do kirchnerismo, entre eles o presidente Fernández e a vice-presidente Cristina; na uruguaia, o atual presidente Lacalle Pou e os representantes da Frente Ampla, força política de esquerda, como os ex-presidentes Mujica e Tabaré. Destaca-se, neste momento, que Sylvia Colombo também foi identificada como sendo personagem da narrativa jornalística de *O ano da cólera*. A partir da observação dos designantes, como sugere Motta (2005, p. 7), percebe-se como a subjetividade da autora atua na construção dos personagens na narrativa, como é o caso do ex-presidente boliviano Morales, aquele que “se sentia uma espécie de imperador do país” (COLOMBO, 2021, p. 70). O estudo não entra no mérito da acusação, mas aponta que é inegável a influência da mesma sobre a construção do personagem na narrativa.

O quarto movimento observou as estratégias comunicativas empregadas por Colombo na construção da narrativa jornalística com o objetivo de que esta fosse interpretada como verdade, dentre as quais foram identificadas: a ancoragem do relato em um momento específico da narrativa, os conflitos apontados no segundo movimento deste método, a fim de oferecer “ao leitor um lugar empírico desde onde se pode observar o mundo” (MOTTA, 2005, p. 9) e a partir dali retomar fatos históricos para explicá-lo; o uso de citações, cujas escolhas também são carregadas de subjetividade e atuam na construção do personagem na narrativa; a identificação precisa de locais e personagens no relato; e o uso de estatísticas. Para fins de causar algum tipo de comoção, percebeu-se, ainda, o uso de substantivos estigmatizados, como “ditador” para se referir a Maduro, e o emprego de advérbios

de intensidade e de tempo para situar o leitor na narrativa conforme a vontade da autora.

O estudo chegou, assim, ao quinto movimento da metodologia, momento em que observou o contexto sobre o qual é realizado o ato comunicativo entre Colombo e os leitores de *O ano da cólera*. De acordo com Colombo (2021, p. 254), os brasileiros não têm “conhecimento do que se passa além das fronteiras de cada um dos países da região”. O objetivo da autora, ao que tudo indica, era escrever para os brasileiros sobre as tensões políticas na região, de forma a fazê-los entendê-las, pois, somada à advertência da autora, pesa o fato de que o livro foi publicado apenas no Brasil. O formato, livro, aliás, também indica algo sobre o ato que foi observado, que Colombo desejava informar a respeito daqueles eventos com profundidade. O período da publicação, abril de 2021, diz, ainda, que o Brasil enfrentava situação semelhante àquelas que experimentavam os países retratados na narrativa jornalística, as tensões políticas e o combate à pandemia, o que dá ares de urgência à leitura.

Por último, a análise pragmática observou as “grandes metanarrativas culturais que o jornalismo nos conta e reconta diariamente” (MOTTA, 2005, p. 15), que no caso de *O ano da cólera* foram: a prejudicialidade dos períodos ditatoriais a partir da exposição da situação econômica e social de países que atravessaram ou atravessam governos do tipo, como Chile e Venezuela; a falta de confiança nos governos e instituições da região e, junto a isso, a crise institucional na América Latina.

Por fim, o estudo estabeleceu como o livro se relaciona com os conceitos de livro-reportagem e de “livro de repórter” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019), identificando onde se coloca entre eles. *O ano da cólera* é um livro-reportagem, pois é aperiódico e promove informação ampliada sobre os fatos. Quanto à categorização dentro deste conceito, o livro é: um livro-reportagem-retrato da América Latina; um livro-reportagem-instantâneo, já que aborda eventos há pouco conclusos, como o plebiscito nacional chileno de 2020; um livro-reportagem-atualidade porque descreve episódios “cujos desdobramentos finais ainda não são conhecidos” (LIMA, 2009, p. 56); e um livro-reportagem-depoimento de Colombo em alguns momentos. Dito isso, *O ano da cólera* é, também, um “livro de repórter” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA,

2019), pois promove inequívoca crítica das práticas jornalísticas ao apontar a falta de conhecimento dos brasileiros sobre as tensões políticas nos demais países da região, o que indica que o jornalismo brasileiro não cumpre o papel de informar a respeito do assunto. A crítica das práticas jornalísticas, bem como a autoralidade, também presente no livro de Sylvia Colombo, é característica determinante de um “livro de repórter” (MAROCCO; ZAMIN; SILVA, 2019).

## 7 REFERÊNCIAS

- BELO, Eduardo. Livro-reportagem. São Paulo: Contexto, 2006.
- CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. A nova América Latina. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- COLOMBO, Sylvia. O ano da cólera. protestos, tensão e pandemia em 5 países da América Latina. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2021.
- CURIEL, Jhon; WILLIAMS, Jack R. Did Evo Morales win? The Washington Post, Washington, 27 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2020/02/26/bolivia-dismissed-its-october-elections-fraudulent-our-research-found-no-reason-suspect-fraud/>. Acesso em: 4 de julho de 2022.
- DATAFOLHA. Democracia e Ditadura. Instituto de Pesquisa Datafolha. São Paulo, junho de 2020. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2020/06/29/ae4ce42b1f209589158cb991d1123b8cdd.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2022.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA AND THE CARIBBEAN (ECLAC). Social Panorama of Latin America 2021. Disponível em: [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47719/1/S2100654\\_en.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47719/1/S2100654_en.pdf). Acesso em: 16 de março de 2022.
- GALEANO, Eduardo. As Veias abertas da América Latina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Originalmente publicado em 1971.
- JOHNS HOPKINS UNIVERSITY (JHU). Coronavirus Resource Center. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>. Acesso em: 31 de maio de 2022.
- LIMA, Edvaldo Pereira. Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo. 4ª ed. Barueri, SP: Manole, 2009.
- MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; SILVA, Marcia Veiga da. Livro de repórter: autoridade e crítica das práticas. 1ª ed. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2019.



MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação; São Paulo; 2005. São Paulo: Intercom; 2005.

OUR WORLD IN DATA. Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-deaths>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

PREFÁCIO. In: SCOTTINI, Alfredo. Minidicionário escolar da língua portuguesa. Blumenau, SC: Todolivre Editora, 2009. p. 265.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do Desenvolvimento Humano 2020. Disponível em: [https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr\\_2020\\_overview\\_portuguese.pdf](https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2020_overview_portuguese.pdf). Acesso em: 16 de março de 2022.

PRÓLOGO. In: SCOTTINI, Alfredo. Minidicionário escolar da língua portuguesa. Blumenau, SC: Todolivre Editora, 2009. p. 269.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SERVICIO ELECTORAL DE CHILE (SERVEL). Plebiscito Nacional 2020. Disponível em: [https://www.plebiscitonacional2020.cl/que\\_se\\_vota/](https://www.plebiscitonacional2020.cl/que_se_vota/). Acesso em: 16 de março de 2022.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). Global Trends: Forced Displacement in 2020. Disponível em: [https://www.unhcr.org/60b638e37/unhcr-global-trends-2020#\\_ga=2.81408080.613310943.1646229908-1475746180.1646229908](https://www.unhcr.org/60b638e37/unhcr-global-trends-2020#_ga=2.81408080.613310943.1646229908-1475746180.1646229908). Acesso em: 16 de março de 2022.

## 8 APÊNDICE A - PERGUNTAS PARA SYLVIA COLOMBO

1. Qual era o seu objetivo ao escrever *O Ano da cólera* e você entende que ele foi cumprido? (Nesta pergunta, é possível apontar a frase em que ela destaca a falta de conhecimento, dos brasileiros, no nosso caso, sobre o que se passa além das fronteiras dos demais países da região e também questioná-la sobre a escrita de um segundo livro, ideia manifestada durante a Flipoços 2021).
2. A narrativa de *O ano da cólera* tem início em outubro de 2019, quando Sebastián Piñera declara estado de emergência no Chile. Naquele momento, ainda não se tinha conhecimento do fato de que iríamos enfrentar uma pandemia dali a poucos meses. Como a pandemia afetou o processo de produção do livro? (O objetivo é descobrir se alguma viagem foi cancelada, por exemplo).
3. Você destaca que o boom das commodities, a partir da maior presença da economia chinesa no mercado mundial, criou condições para o aumento dos gastos públicos por parte dos governos latino-americanos, formados majoritariamente por lideranças de esquerda no período. Em *A nova América Latina*, Fernando Calderón e Manuel Castells identificam que este é, na verdade, um fenômeno complementar à ascensão dos governos de esquerda, o que reposicionou a América Latina no contexto geopolítico mundial e aproximou a região da China. Você também tem este entendimento?
4. Além de *A nova América Latina*, utilizamos, neste estudo, *As veias abertas da América Latina*, de Eduardo Galeano, como suporte para entender historicamente a região. O livro foi escrito há mais de 50 anos. Você entende que esta ainda seja uma leitura necessária para compreender a América Latina? (O livro serviu como referência, de alguma forma, para que você pensasse historicamente a América Latina?).
5. Você, além de jornalista, é também historiadora. Como você entende a relação entre jornalismo e história e de que forma isso influenciou a construção da narrativa jornalística do livro?
6. Neste trabalho, estudamos os conceitos de livro-reportagem e de livro de repórter. *O ano da cólera* tem características de um livro-reportagem. O segundo conceito, entretanto, afirma que livro de repórter é um espaço de discussão e crítica das

práticas jornalísticas, já que o modo de produção é diferente daquele que é aplicado nas redações. Inclusive, você aponta, em determinado momento, a falta de conhecimento dos brasileiros sobre o que se passa além das fronteiras dos demais países da região. Você entende que *O ano da cólera* promove crítica a respeito da forma como o jornalismo retrata diariamente os eventos no país? (Neste momento, é possível discutir quais são as principais diferenças entre fazer jornalismo em livro e em redações de jornais diários).

7. Na análise pragmática da narrativa jornalística, Luiz Gonzaga Motta destaca que, mesmo que tenham correspondentes reais, as pessoas retratadas tornam-se personagens da narrativa, pois enfrentam um processo de construção realizado pelo jornalista. Como é transformar pessoas em personagens de uma narrativa? Como funciona o processo de pesquisa para levar alguém às páginas de um livro? (Aqui, levantar-se-á o fato de a autora ser, também, uma personagem da narrativa jornalística e como ela entende que sua presença na história, o que não é comum nas páginas dos jornais, age sobre a narrativa e sobre o próprio leitor).

8. A narrativa de cada capítulo do livro é ancorada em um conflito para, a partir dali, retomar fatos históricos e explicar a situação do país retratado. No Chile, é a votação em que os eleitores decidiriam por uma nova Constituição ou pela manutenção do chamado sistema chileno; na Argentina, é a eleição de 2019 e a escolha por Macri ou pela volta do peronismo. Qual você entende ser o conflito geral de uma narrativa maior, latino-americana, que abarca todos os eventos descritos em suas especificidades nas páginas do livro?